

FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

**REPERCUSSÕES DA AUSÊNCIA E VIOLÊNCIA PATERNAS EM FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES ATENDIDAS EM UM
INSTITUTO SISTÊMICO**

Tiago Fernandes Oliveira

Profª Orientadora: Esp. Denise Franco Duque

Florianópolis, 2014.



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

**REPERCUSSÕES DA AUSÊNCIA E VIOLÊNCIA PATERNAS EM FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES ATENDIDAS EM UM
INSTITUTO SISTÊMICO**

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista Clínico em Terapia Relacional Sistêmica.

Tiago Fernandes Oliveira

Prof^ª Orientadora: Esp. Denise Franco Duque

Florianópolis, 2014.

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente à minha mãe, Lourdes, pelo apoio incondicional;

À minha amada Karina, pela correção ortográfica da monografia e a sempre amorosa presença;

Aos mestres do Familiare Instituto Sistêmico: Cida, João David, Letícia Gabarra e, principalmente, à Denise, que, zelosa e competente, orientou esta monografia;

À doutoranda Simone Dill Azeredo Bolze, que prontamente aceitou nosso convite para ser parecerista desta obra, auxiliando-nos com sua experiência na área de engajamento paterno;

Aos membros dos setores administrativo e pedagógico do Familiare que, prestativos, ajudaram-me durante a jornada: Saula, Fabíola, Lara, Adriane e Douglas;

Aos meus queridos colegas do curso de especialização, pelas enriquecedoras vivências durante os últimos três anos;

À professora da UNIVALI Márcia Miranda de Oliveira, por ter me iniciado, ainda durante a graduação, aos estudos paradigmáticos e epistemológicos sistêmicos, que vieram ao encontro da minha visão de mundo;

Às minhas queridas amigas Juliana Barreto e Kherley Val, que cooperaram na correção ortográfica desta monografia;

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

SUMÁRIO

RESUMO	5
INTRODUÇÃO	7
OBJETIVOS	9
Geral	9
Específicos	9
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
Pensamento Sistêmico como paradigma: uma abordagem relacional para a terapia familiar	9
O Divórcio e suas implicações	11
As funções paternas	14
Fatores que provocam resiliência e/ou vulnerabilidade às família	16
METODOLOGIA	20
Caracterização da Pesquisa	20
Participantes	20
Instrumentos	20
Coleta de dados	21
Análise dos dados.....	21
Considerações Éticas	21
RESULTADOS	22
Breve caracterização das famílias	22
Relacionamento entre pai e filhos	23
<i>Família Alves</i>	23
<i>Família Bastos</i>	24
<i>Família Cardoso</i>	26
<i>Família Diniz</i>	26
Relação entre pai e mãe.....	28
<i>Família Alves</i>	28
<i>Família Bastos</i>	28
<i>Família Cardoso</i>	29
<i>Família Diniz</i>	29
Fatores de vulnerabilidade e resiliência familiar presentes nas relações	30
<i>Família Alves</i>	30
<i>Família Bastos</i>	31
<i>Família Cardoso</i>	33
<i>Família Diniz</i>	34
DISCUSSÃO	35
CONCLUSÃO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICES	54

RESUMO

Famílias monoparentais chefiadas por mulheres são um fenômeno social crescente no Brasil, principalmente nas últimas décadas. Muitas vezes, por terem de trabalhar fora, cuidar da casa, da prole e dos demais afazeres, as mães ficam sobrecarregadas, especialmente quando os ex-cônjuges não as auxiliam financeiramente e/ou nos cuidados aos filhos. Em razão dessas e de outras demandas, esta pesquisa objetivou conhecer os papéis desempenhados pelo pai nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres que foram atendidas em um instituto de formação sistêmica, caracterizando as relações pai-filhos, a relação entre os ex-cônjuges e levantando os fatores que implicam resiliência ou vulnerabilidade às famílias. O estudo teve cunho exploratório-descritivo, de caráter qualitativo, realizado por meio da estratégia de estudo de caso, a partir de análise documental de relatos de atendimentos realizados em uma clínica social ligada ao instituto sistêmico. Os participantes foram quatro famílias monoparentais chefiadas por mulheres, atendidas entre 2007 e 2014. Em posse dos resultados, concluiu-se que a ausência paterna predominava em todas as famílias; que os pais não tinham qualquer vínculo relacional com os filhos ou tinham histórico de violência com eles; que os relacionamentos entre os ex-cônjuges foram marcados pelo distanciamento ou pela violência; que o isolamento social, a rede de apoio enfraquecida e a violência intrafamiliar foram preponderantes nos fatores que provocavam vulnerabilidade às famílias; e a união fraterna e a preocupação das mães quanto ao bem-estar da família foram preeminentes quanto aos fatores de resiliência. Assim, torna-se imprescindível que o terapeuta sistêmico não naturalize a violência intrafamiliar, tornando-a evidente à família, busque narrativas positivas acerca da identidade dos membros da família e qualifique os sucessos e os recursos que eles possuem. A integração entre pais e filhos é possível desde que não exista banalização dos danos em casos de violência anterior ou interferência do conflito conjugal na reaproximação.

Palavras-chave: monoparentalidade; paternidade; ausência; violência; vulnerabilidade; resiliência.

ABSTRACT

Single-parent families headed by women are a growing social phenomenon in Brazil, especially in recent decades. Often, because they have to work outside the home, take care of the house and offspring and other things, mothers end up overwhelmed, especially when ex-spouses do not help financially and/or in the care of children. For the reason of these and other demands, this study aimed to identify the roles played by the father in single-parent families headed by women that were attended at a Systemic Institute, featuring parent-child relationships, relationship between ex-spouses and raising factors that cause resilience or vulnerability in families. The study was exploratory and descriptive, qualitative, conducted through the case study strategy, from documentary analysis of reports of family therapy sessions carried in a social clinic linked to the Systemic Institute. The participants were four single-parent families headed by women, assisted between 2007 and 2014. With the results, it was concluded that father absence predominated in all families; that fathers had no relational approach with their children or had a history of violence with them; that relationships between ex-spouses were characterized by detachment or by violence; that social isolation, weakened network support and domestic violence were prevalent in the factors that caused vulnerability to families; and fraternal fellowship and concern of mothers about family welfare were prominent as the resilience factors. Thus, it is essential that systemic therapist does not naturalize domestic violence, making it clear to the family, seek positive narratives about the identity of family members and qualify the successes and the resources they have. The integration between fathers and children is possible provided that there is no trivialization of damages in cases of previous violence or interference of marital conflict on a rapprochement.

Keywords: single-parenthood; paternity; absence; violence; vulnerability; resilience.

INTRODUÇÃO

A história da família brasileira demonstra que, por conta da influência do Direito Canônico, o casamento religioso era a base para a família legítima até 1890, antes do surgimento da República. A partir daí, com a separação entre Estado e Igreja, o casamento civil tornou-se o único legalmente válido (SANTOS e SANTOS, 2009), sendo imprescindível para a caracterização de família.

Em 1977 foi regulamentada, com a lei 6.515, a dissolubilidade da união matrimonial. E, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, outras configurações familiares tornaram-se possíveis dentro do conceito jurídico de entidade familiar - como as famílias monoparentais, formadas por qualquer um dos pais e seus descendentes (SANTOS e SANTOS, 2009). Para Diniz (2002, p. 11), família monoparental ou unilinear

desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, reprodução independente, etc.

Pode-se afirmar que, independentemente da legalidade, o fenômeno da monoparentalidade sempre existiu. Entretanto, antes do advento do divórcio legal – que possibilitou a manifestação da vontade humana em dissolver a união matrimonial -, famílias com apenas um genitor eram meramente fenômenos involuntários, como, por exemplo, em decorrência da viuvez de um dos cônjuges (SANTOS e SANTOS, 2009).

Segundo o Censo demográfico do IBGE de 2010, as famílias monoparentais somam 18,6% das famílias brasileiras – dessas, 16,2% são chefiadas por mulheres. A mulher já é a principal responsável pela família em 37,3% dos lares; e em relação às famílias conviventes¹, as formadas por monoparentais femininas já são 53,5% (IBGE, 2010). É chamada de família monoparental feminina aquela em que vivem juntos mãe e filho(s). Essas mulheres se responsabilizam pelo domicílio, manutenção e proteção da casa e da família, educação de seus descendentes e pelo provimento das condições emo-

¹ O Censo do IBGE diferencia, dentro do mesmo domicílio, diversos núcleos familiares, diferenciado-as como família principal e as conviventes. Um casal responsável por uma casa é considerado família principal; se a filha desse casal reside com o filho dela nessa casa, é considerada família convivente.

cionais ligadas ao crescimento e desenvolvimento da família (COSTA e MARRA, 2013).

Muitas vezes, devido às inúmeras responsabilidades e à sobrecarga de funções, essas mulheres vivenciam sentimentos de culpa em relação aos cuidados que têm de dispensar aos filhos (COSTA e MARRA, 2013). No caso de hipossuficiência financeira, mulheres podem abdicar de sua feminilidade, de cuidados com saúde e sexualidade, em decorrência do estresse pela sobrevivência da família. Entretanto, essas dificuldades podem se tornar fontes de fortalecimento. Nesse prisma, a capacidade de cuidar dos filhos e ter controle sobre as finanças ajudam a construir uma identidade feminina e um sentido de auto-afirmação (PINTO *et al*, 2011).

A falta de participação paterna na criação dos filhos pode, no entanto, tornar-se um obstáculo a ser superado pelas famílias monoparentais femininas. Esta falta é mais aguda quando inclui a omissão financeira e presencial, aumentando a vulnerabilidade familiar, ainda que essa ausência implique orgulho e motivação à mulher para continuar provendo, sozinha, as necessidades afetivas e materiais da família (BRITO, 2008).

O Familiare Instituto Sistêmico, como instituição formadora de novos terapeutas de família, disponibiliza a famílias hipossuficientes atendimento clínico familiar, realizado pelos alunos em formação, sob coordenação de supervisores clínicos e presença de equipe terapêutica. Algumas dessas famílias que ou procuram o Instituto ou são encaminhadas a ele configuram-se como famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Entendendo ser uma configuração cada vez mais presente nas famílias brasileiras e havendo a necessidade de ampliar mais os estudos sobre engajamento paterno também nas famílias divorciadas (BOSSARDI *et al*, 2013), esta pesquisa procura conhecer como o pai se relaciona com os filhos e a ex-cônjuge, a partir da pergunta: *Quais são os papéis desempenhados pelos pais nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres atendidas em um Instituto Sistêmico?*

Como consequência da compreensão dessas complexas inter-relações, buscar-se-á levantar fatores que influenciam nas vulnerabilidades ou na resiliência das famílias.

OBJETIVOS

Geral:

- Identificar os papéis desempenhados pelo pai em famílias monoparentais chefiadas por mulheres atendidas em um Instituto de formação Sistêmica.

Específicos:

- Caracterizar os aspectos relacionais entre o pai e os filhos;
- Caracterizar os aspectos relacionais entre pai e mãe, no passado e presente;
- Levantar os fatores de vulnerabilidade e resiliência familiar presentes nessas relações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensamento Sistêmico como paradigma: uma abordagem relacional para a terapia familiar

O Pensamento Sistêmico, considerado o novo paradigma da ciência por Vasconcellos (2002, p. 147), compreende os eventos dentro do contexto em que ocorrem, atentando mais às conexões e relações do que às características individuais. O todo é considerado maior do que a soma das suas partes; cada parte só pode ser entendida em sua totalidade; uma mudança em qualquer uma das partes afeta as outras partes e a totalidade se regula através de uma série de correntes de *feedback* (PAPP, 1992).

Uma visão de mundo sistêmica deve, a rigor, conceber que os fenômenos têm pressupostos complexos, instáveis e intersubjetivos (VASCONCELLOS, 2002). Assim, para a terapia com enfoque sistêmico, os membros da família não possuem determinadas características inatas, mas manifestam comportamentos relacionados aos comportamentos de outros (PAPP, 1992). Na concepção da autora, (PAPP, p. 23), antes de entender a causa do comportamento, o terapeuta deve entender a “flutuação do padrão do qual ele tira o seu significado”. Para Minuchin (1982), mudando a relação entre uma pessoa e o seu contexto familiar, modifica-se a experiência subjetiva do sujeito. Deste modo, a mudança numa parte do sistema afeta o sistema todo.

A família é considerada, para Andolfi *et al* (1989, p. 18), como

Um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes. Esse processo dual de continuidade e crescimento permite o desenvolvimento da família como a unidade e, ao mesmo tempo, assegura a diferenciação de seus membros.

Conferindo a seus membros um sentido de pertencimento e proteção psicossocial, a família pode mudar e, apesar disso, manter sua continuidade (MINUCHIN, 1982). O indivíduo, numa família suficientemente coesa, vai se tornando menos dependente dela, diferenciando-se de maneira progressiva até poder se separar do sistema familiar original e pertencer, também, a outros sistemas e subsistemas. Dessa forma, a

família vai se reorganizando em seu ciclo de vida, conforme vão ocorrendo mudanças nas funções de seus membros (ANDOLFI *et al*, 1989).

A perspectiva do ciclo de vida familiar proposta por Carter e McGoldrick (1995) interpreta os sintomas e disfunções em relação ao funcionamento normal ao longo do tempo, formulando problemas acerca do curso pelo qual a família seguiu no passado, sobre as tarefas do presente e para o futuro para o qual se dirige. As famílias enfrentam, ao longo do ciclo vital, eventos nodais (que são crises normativas, como casamento, aposentadoria, nascimento de filhos, etc), que criam instabilidade e provocam estresse ao funcionamento familiar, desequilibrando-o. Assim, a família precisa redefinir papéis para que seu funcionamento volte ao equilíbrio.

Os fluxos de ansiedade que a família enfrenta correm tanto em sentido vertical como horizontal. O fluxo vertical em um sistema inclui padrões transmitidos de outras gerações e abarca, por exemplo, atitudes, tabus, expectativas, rótulos e questões opressivas. Já o fluxo horizontal abrange a ansiedade produzida pelos estresses que a família sofre conforme avança no tempo. O fluxo horizontal pode ser devido a estresses desenvolvimentais predizíveis (transições do ciclo vital) ou imprevisíveis (morte precoce, acidente, etc) (CARTER e MCGOLDRICK, 1995).

O Divórcio e suas implicações

Uma das maiores variações no ciclo de vida familiar ocorre no divórcio, pois questões emocionais não resolvidas nesta fase podem se tornar obstáculos ao desenvolvimento familiar, podendo paralisar seus membros por anos ou até mesmo gerações (CARTER e MCGOLDRICK, 1995). Sendo um evento desestabilizador, a carga de tensão gerada pela separação conjugal pode ativar uma representação catastrófica de futuro (SACUU e MONTINARI, 1995).

Féres-Carneiro (1998) acredita que o divórcio possa ser, às vezes, a melhor solução para os membros de um casal que se consideram incapazes de continuar tentando lidar com suas dificuldades. Entretanto, a autora pondera que o divórcio é sempre vivenciado com estresse e dor, pois provoca sentimentos de fracasso, impotência e perda. O luto da separação quase sempre é mais demorado do que o luto por morte.

Para Osório e Valle (2002), o divórcio pode ser funcional quando ritos de passagem facilitam ao ciclo de vida familiar sua continuação. Quando ele é disfuncional, o desenvolvimento das etapas e tarefas do ciclo de vida se torna mais penoso devido ao

sofrimento imposto pela separação aos cônjuges e filhos. Uma separação conjugal não deveria, teoricamente, acabar com a família, mas sim transformá-la; romper-se-ia a conjugalidade, mas se manteria a parentalidade e tutelaridade (NAZARETH, 2004).

Pesquisa de Féres-Carneiro (2003) apontou que, de maneira geral, não existira uma diferença entre faixas etárias no processo de vivência do processo de dissolução da conjugalidade. Porém, houve diferenças de gênero no que tange às atitudes e sentimentos. O desejo e a decisão de separação foram apontados como características do sexo feminino, além dos sentimentos de mágoa e solidão; para os homens, sentimentos de fracasso e frustração predominaram. Para ambos os sexos, a dor no processo de ruptura da relação foi experienciada.

De encontro aos resultados da pesquisa de Feres-Carneiro (2003), Peck e Manocherian (1995) afirmam que os divórcios ocorridos em certas faixas etárias da vida dos sujeitos podem gerar diferentes implicações, como nos estágios tardios do ciclo vital. Os ex-cônjuges idosos construíram ao longo da conjugalidade uma extensa rede de relacionamentos - filhos, talvez netos, amigos, outros membros da família -, e um rompimento nessa fase pode provocar dificuldades em encontrar um novo significado pra vida, solidão (provavelmente os pais deles estão mortos, e seus filhos e irmãos estão envolvidos em suas próprias vidas – talvez o apoio emocional tenha que vir de fora da família) e dificuldades financeiras, visto que o estilo de vida dificilmente se manterá o mesmo e, se aposentados, as possibilidades de arranjar um emprego nessa fase da vida para complementar o orçamento se torna uma tarefa mais difícil.

Os autores Peck e Manocherian (1995) e Brown (1995) levantam fatores que se inter-relacionam à adaptação das pessoas ao processo do divórcio. Dentre eles, citam as circunstâncias em que ocorreu a dissolução da conjugalidade, a vida pós-separação, a duração do casamento, a posição da família em relação às tarefas do ciclo vital, nível sócio-econômico, outros estresses ocorrendo concomitantemente e o apoio social disponível.

Em geral, são os cônjuges que chegam à decisão da separação e a reação dos filhos pode ser de raiva, medo, tristeza ou culpa (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Se para os pais o processo é doloroso, para os filhos ele é ainda mais difícil (SACUU e MONTINARI, 1995). Dependendo da idade, do gênero e da personalidade, crianças podem lidar de maneira melhor ou pior com o divórcio (HETHERINGTON e STANKEY-HAGAN, 1999). O importante é que os filhos não sejam convidados a par-

ticipar do conflito conjugal, pois, nesse processo, poderão vivenciar conflitos de lealdade exclusiva com um ou ambos os pais (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Os conceitos de triangulação (BOWEN, 1991) e lealdades invisíveis (BOSZORMENYI-NAGY e SPARK, 2003) auxiliam na compreensão da dinâmica complexa que existe entre pais e filhos. A triangulação acontece quando há a participação de uma terceira pessoa (que, no caso de um processo de divórcio, pode ser um filho) que é “triangulada” para reduzir a tensão de um relacionamento entre duas outras (como, por exemplo, de um casal em processo de separação). Muitas vezes a pessoa triangulada pode adquirir pra si um sintoma, que desvia o foco do problema principal, diminuindo a ansiedade advinda dos problemas conjugais para a busca de soluções para o sintoma do filho.

Já as lealdades invisíveis são compromissos transgeracionais ocultos assumidos entre membros de uma família que, para serem leais a esta, interiorizam expectativas e regras de pertencimento - nem sempre sadias -, as quais são descobertas, de maneira comum, quando implicam sofrimento ao indivíduo e sentimentos de culpa “que constituem, então, forças secundárias de regulação do sistema” (BOSZORMENYI-NAGY e SPARK, 2003, p. 54-55). O filho, no processo de divórcio, pode assumir para si a tarefa de manter seus pais unidos, pois teria apreendido, a partir dos mitos familiares, que – por exemplo – “a separação é uma maldição” ou “família cujos genitores se separam não pode ser feliz”.

Para Silves e Souza (2008), conflitos conjugais, problemas financeiros na família e estresse no ambiente familiar estão diretamente associados ao comportamento problemático da criança. Segundo Bolze (2011), as estratégias que os pais utilizam para solucionar os conflitos conjugais influenciam diretamente em como a criança resolverá seus conflitos com os próprios pais, os irmãos e seus pares. Quando a criança presencia a ocorrência de intensos conflitos entre os pais, inclusive com o uso de agressões verbais e físicas, poderá apresentar dificuldades emocionais, físicas e sociais.

Levantamento bibliográfico realizado por Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) sobre a presença paterna na vida dos filhos no período pós-divórcio constatou que o relacionamento entre os ex-cônjuges deve ser levado em conta quando se pensa no bem-estar dos filhos. O bom entendimento entre os adultos relaciona-se com a tranquilidade e segurança das crianças.

Segundo pesquisa de Hetherington (1993), devido a carência de envolvimento e monitoramento parental, cerca de 25% de adolescentes advindos de famílias nas quais

ocorreu divórcio se tornam desengajados de suas famílias, passando pouco tempo em casa e evitando interagir com os outros membros. Segundo a autora, no entanto, isso pode se tornar um fator positivo, desde que o adolescente possa ter outro adulto afetuoso envolvido com ele, como avós, professores, vizinhos, entre outros, que o ajudaria a lidar com a dinâmica da família conflituosa. Levantamento na literatura realizado por Esmaeili e Yaacob (2011) sobre famílias divorciadas indica que a rejeição dos pais, falta de carinho, hostilidade e castigos físicos são os principais fatores associados à delinquência entre adolescentes.

Féres-Carneiro (1998; 2003) e Ahrons (1995 *apud* JURAS E COSTA, 2011), sob um prisma mais positivo do divórcio, afirmam que o aumento² percebido no número de divórcios na contemporaneidade não se deve, ao contrário do que é declarado pela sociedade, à falência do casamento ou das famílias. Para as autoras, existe uma maior expectativa quanto ao bom casamento e menor tolerância aos maus casamentos. De acordo com Féres-Carneiro (1998), o fato de as pessoas divorciadas quase sempre buscarem um novo casamento reflete bem esse paradigma.

Famílias monoparentais chefiadas por mulheres podem se desenvolver bem, mesmo com a ausência dos pais (HETHERINGTON e STANLEY-HAGAN, 1999). Algumas vezes, a proximidade entre os ex-cônjuges pode se constituir em laços que impedem um e outro de seguir em frente suas próprias vidas. Quando há presença de conflitos intensos, a co-parentalidade parece ser mais prejudicial aos filhos do que nenhum contato (PECK e MANOCHERIAN, 1995).

Existe a possibilidade, com o divórcio, de a qualidade do relacionamento entre pais e filhos ficar abalada, todavia, pode ser uma rica oportunidade para os homens, por meio do exercício da paternidade, aprenderem a lidar com suas emoções e a expressá-las, além de mesclar igualmente com a mulher as funções de cuidado, bem-estar e provisão das questões materiais aos filhos (DANTAS, JABLONSKI e FÉRES-CARNEIRO, 2004).

As funções paternas

A prática do “exercício da paternidade”, como a de todas as outras relações, é múltipla por ser cultural, circunstancial, tem-

² Dados do IBGE (2003; 2011) apontam que houve um aumento de 52,02% no número de divórcios entre 2003 e 2011.

poral, específica e interpessoal, o que impede o estabelecimento de verdades a seu respeito (SILVEIRA, 1998, p. 36).

Essa reflexão de Silveira (1998) norteará o ideal de papel paterno adotado neste trabalho. Não se pretende investigar papéis pré-determinados, rígidos; mas, sim, como acontecem as relações entre os genitores, seus filhos e suas ex-companheiras, respeitando sua especificidade, totalidade e complexidade, inerentes a cada configuração e realidade sócio-histórica. O conteúdo e a qualidade das interações serão o foco principal de análise, pois ambos parecem ser os mais adequados para capturar similaridades e diferenças entre as famílias (LEWIS e DESSEN, 1999).

Ser genitor de alguém não garante que se estabelecerá uma relação entre os sujeitos; “são os afetos produzidos na relação que nomearão seus integrantes” (SILVEIRA, 1998, p. 31). Os pais são co-construtores do desenvolvimento de seus filhos, e, pela interação entre eles, acabam se constituindo como pais (VASCONCELOS, 1998). Para Corneau (1995 *apud* DANTAS, 2003), quando essa construção não é feita, o sujeito irá buscar uma segurança exterior para compensar a insegurança interior, relativa a uma identidade que não foi devidamente estabelecida, acarretando o medo para a intimidade, a falta de contato com os próprios sentimentos e a agressividade.

Para Fein (1978), existem três perspectivas para a paternidade: na perspectiva tradicional, o pai é o provedor, que até oferece certo suporte emocional à sua companheira, mas não se envolve com os filhos; na perspectiva moderna, o pai participa, por meio da sua relação com seus filhos, do desenvolvimento escolar, moral e emocional deles; na perspectiva emergente, os pais são vistos como psicologicamente capazes de cuidar e educar seus filhos, participando de uma extensa gama de atividades parentais, excetuando-se, apenas, a gestação e lactação.

Na contemporaneidade estão ocorrendo diversas mudanças nos papéis de pai e mãe, indo ao encontro da perspectiva emergente da paternidade proposta por Fein (1978). Há uma tendência para que ambos exerçam o papel de cuidador e autoridade, de maneira simultânea. A mulher era quem, habitualmente, assumia sozinha a responsabilidade pelos cuidados dos filhos. Com as mudanças sociais na posição social feminina na sociedade - como a inserção no mercado de trabalho -, o papel do pai também se modificou (FALCETO, 1996), tornando-se mais ativo em relação ao cuidado e criação dos filhos e em aspectos domésticos considerados, corriqueiramente, “tarefas de mulher” (BURDON, 1998).

A estereotipia, no entanto, ainda existe e, até certo ponto, prevalece. A masculinidade valoriza a força, a capacidade de ganhar dinheiro e o controle da afetividade. Inclusive, no que tange a questão financeira, ainda é motivo de algumas mulheres espancadas justificarem a permanência de uma relação violenta, “*ele é um bom pai, um bom marido, coloca tudo em casa*” (BARSTED, 1998, p. 69). Os pais ainda tendem a agir com os filhos homens de maneira mais “masculina”, socialmente estereotipada, e de uma maneira “feminina” com crianças do sexo feminino (BURDON, 1998).

No que tange as funções maternas e paternas, Paquette (2004) afirma que ambos os pais – cada um a sua maneira - estão envolvidos em duas principais funções da parentalidade, que são o afeto e o controle emocional. Conquanto, mães tendem a ser mais compreensivas e mais dispostas ao carinho, ao passo que pais, em média, obtêm obediência de filhos com mais facilidade devido à autoridade persuasiva.

Como os genitores do sexo masculino podem ter maior tendência à agressão física, eles são, talvez, mais adequados do que as mães para a tarefa de ajudar os filhos a controlar a agressividade, para que a expressem de forma mais socializada, em momentos adequados (PAQUETTE, 2004). Estudo de Paquette *et al* (2003) sugeriu que os pais podem ajudar os filhos, comumente os meninos, a regular a agressividade e adquirir confiança em situações de competição. Como ao longo da vida haverá situações as quais o ser humano terá de lidar com competições, esse tipo de contribuição dos pais aos filhos torna-se um fator enriquecedor para os aspectos psicossociais dos futuros adolescentes e adultos.

Pesquisa de Gomes, Crepaldi e Bigras (2013) indica relação entre engajamento paterno (participação nas tarefas de casa, dedicação aos cuidados básicos dos filhos) e comportamento agressivo em pré-escolares. Especificamente em crianças do sexo masculino, a pesquisa apontou que quanto mais os pais participavam dos cuidados básicos, menos seus filhos praticaram agressão relacional com seus pares.

Para o homem divorciado, a perda do contato do cotidiano dos filhos pode ser dolorosa, acarretando sentimentos de desarraigamento, perda e falta de continuidade do vínculo com a prole, especialmente com os bebês e crianças pequenas, que precisam de uma continuidade para desenvolver relacionamentos próximos. Muitos pais se sentem inadequados para o papel de cuidador, facilitando o distanciamento e o retraimento que, mais além, culminará na desconexão com os próprios filhos, que experienciam seus pais como ausentes e distantes (PECK e MANOCHERIAN, 1995).

A ausência paterna, de acordo com Eizirik e Bergmann (2004), tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico da criança, visto que os resultados da pesquisa realizada pelos autores apontaram tanto para influências negativas da ausência paterna como também para a falta de influência. É mais sensato afirmar o que foi sugerido pelo estudo de Sá *et al* (2010), que propôs que nas famílias em que existe um fator de risco para problemas de saúde mental de crianças e adolescentes geralmente há outros fatores de risco que o acompanham, constituindo um cenário complexo em que as crianças e adolescentes estão expostos a diversos fatores estressores. Assim, somente a ausência paterna em si não seria garantia de prejuízo para o desenvolvimento infantil. A soma dessa ausência junto a outras dificuldades é que poderia implicar acometimentos.

Como podemos vislumbrar, o papel do pai é multifacetado. Do modelo tradicional de paternidade ao emergente, os pais possuem funções dentro do seio familiar que contribuem para o melhor desenvolvimento dos filhos, seja oferecendo apoio material, afetivo, ou ambos.

Fatores que provocam resiliência e/ou vulnerabilidade às famílias

De acordo com Walsh (1998), resiliência é a capacidade de suportar crises e adversidades da vida, superando-as. A autora expandiu seus estudos na área de resiliência, antes focada no indivíduo, e propôs o conceito de resiliência relacional (WALSH, 1998), uma abordagem compreensiva da resiliência familiar a partir de um olhar sistêmico e ecológico do desenvolvimento (WALSH, 2005). Segundo a autora (WALSH, 1998), além de lidar com as situações de crise e estresse, as famílias podem se tornar ainda mais fortalecidas, independentemente se o estresse é interno ou externo à família, possibilitando a resiliência a todos os outros membros.

Para Yunes (2003), há uma tendência das pesquisas sobre resiliência familiar em enfatizar os aspectos deficitários e negativos da convivência familiar. Para Walsh (2005), entretanto, o foco das pesquisas na área deve ser a compreensão das transformações positivas que decorrem do enfrentamento das situações estressoras, ao invés de apenas o processo de adaptação ou *coping*³. Pesquisa de Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) sobre a percepção de agentes comunitários acerca de famílias

³ Palavra da língua inglesa que designa as estratégias utilizadas pelas pessoas para o enfrentamento de adversidades.

monoparentais pobres indicou que há um pessimismo daqueles em relação ao funcionamento destas, que se contrapôs aos fatores indicativos de resiliência constatadas pelos pesquisadores nas histórias das famílias. Assim, ao invés de contribuir para a mudança e conscientização das famílias quanto às situações de risco, a crença dos profissionais implica atuação ineficiente e apática, cujas ideias se debruçam na culpabilização das famílias pela situação de pobreza, dificultando a construção de soluções (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2006 *apud* YUNES, GARCIA E ALBUQUERQUE, 2007).

Os fatores de vulnerabilidade são aqueles que constituem riscos à convivência familiar, processos comumente relacionados a resultados negativos ou indesejados (CECCONELLO, 2003). Os riscos, além de serem eventos negativos que acontecem com os indivíduos, são processos dinâmicos das situações de dificuldade que envolvem fatos que antecedem e precedem circunstâncias da vida (YUNES, GARCIA e ALBUQUERQUE, 2007). Nesta presente pesquisa buscar-se-á compreender os fatores que provocam resiliência e vulnerabilidade no âmbito familiar de maneira crítica, numa concepção pós-moderna de construção social do fenômeno (LIBÓRIO e UNGAR, 2010), tendo em vista sua difícil objetivação e categorização.

Ungar (1995 *apud* LIBÓRIO E UNGAR, 2010) elaborou o conceito de *Resiliência Oculta*, na qual o sujeito lança mão de estratégias de adaptação e *coping* que fogem do estereótipo tradicional, ocidental e “adultocêntrico” das chamadas estratégias saudáveis de resiliência. Por exemplo, o trabalho infantil pode ser considerado um fator de vulnerabilidade de uma maneira generalista, mas, contextualizando-o, poder-se-ia obter um fator de resiliência que a família encontrou para enfrentar adversidades, como a falta de recursos financeiros para prover condições básicas de sobrevivência do grupo.

Diante dessa complexidade contextual-fenomenológica, não serão levantadas categorias rígidas de supostos fatores que ocasionam riscos às famílias; mas, sim, como determinados fatores influenciam o contexto em que estão inseridos, de maneira mais ou menos positiva, provocando resiliência ou vulnerabilidade à organização familiar. Os contextos podem ser mais próximos ou distantes, conforme propôs Bronfenbrenner (2011). O contexto mais próximo é o microsistema⁴, partindo para o mesossistema⁵,

⁴ Composto usualmente por pessoas cuja relação é estabelecida face a face com a pessoa em desenvolvimento, como a família, os amigos, os colegas de escola, os vizinhos, etc

⁵ Relações e processos que ocorrem entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa se desenvolve, como entre a casa e escola.

exossistema⁶, e, por último, o macrossistema⁷. Os riscos, dentro de cada contexto, inseridos em determinado tempo do ciclo vital, podem culminar em maior vulnerabilidade.

Em razão disso, utilizar-se-á de maneira mais proeminente a nomenclatura “vulnerabilidade” ao invés de “risco”, pois aquela está estritamente relacionada à pessoa e suas predisposições a respostas ou consequências negativas de maneira particular, ao passo que a palavra “risco” está associada a uma probabilidade estatística presente em grupos e populações (CECCONELLO, 2003), que podem desencadear comportamentos não esperados de acordo com a gravidade, duração, frequência ou intensidade desses eventos estressores (DE ANTONI, BARONE e KOLLER, 2007). Assim, se diante de eventos de risco um sistema familiar torna-se disfuncional, a família pode ser considerada vulnerável naquele momento (GARMEZY, 1996; RUTTER, 1987 *apud* DE ANTONI, BARONE e KOLLER, 2007).

⁶ As ligações entre dois ou mais contextos, nos quais pelo menos um deles não contém a pessoa em desenvolvimento de forma direta, mas que de certa forma influencia no contexto imediato ao qual a pessoa pertence. Por exemplo, a jornada de trabalho e o estresse no local de trabalho do pai interferem na disponibilidade que este tem com a família.

⁷ O macrossistema pode ser definido como “um modelo social para determinada cultura, subcultura ou outro contexto mais amplo” (BROFENBRENNER, 2011, p. 177).

METODOLOGIA

Caracterização da Pesquisa

Caracteriza-se por uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo, de caráter qualitativo, realizada por meio da estratégia de Estudo de Caso, a partir de análise documental. O Estudo de Caso qualitativo

“[...] constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um “caso”, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão”. (ALVES-MAZZOTI, 2006, p. 650).

Participantes

Os sujeitos da pesquisa foram quatro famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, que foram atendidas em um instituto de formação sistêmica entre 2007 e 2014.

Instrumentos

Foi utilizado o recurso de pesquisa documental, a saber, triagens e relatos de atendimentos clínicos. Os relatos de atendimentos são materiais elaborados pelos terapeutas que atenderam as famílias, são arquivados no Instituto a fim de que se

cumpra o capítulo VI da resolução nº 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia⁸, e podem ser usados para fins didático-científicos. Além disso, a guarda dos relatos garante a possibilidade de continuação do atendimento das famílias por outros terapeutas que venham a substituir os anteriores.

Coleta de dados

Para a realização desta pesquisa foi procedido um levantamento das triagens e leitura de relatos de atendimentos clínicos, arquivados no instituto de formação sistêmica, das famílias monoparentais chefiadas por mulheres atendidas na clínica social ligada ao instituto.

Análise dos dados

Foi feita, então, a análise descritiva e qualitativa dos Relatos de Atendimentos existentes, explorando de forma sintética as vivências e relações familiares que emergiram do contexto explicitado nos relatos, destacando aquelas que foram ao encontro dos objetivos geral e específicos da pesquisa.

Considerações Éticas

As famílias atendidas na Clínica-escola do Instituto autorizam, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a gravação áudio-visual das sessões para fins científicos, terapêuticos e educativos. Os terapeutas que atendem a essas famílias assistem aos vídeos das sessões e elaboram os relatos dos atendimentos. Estes ficam arquivados no Instituto e estão disponíveis para consulta de novos terapeutas da família ou para fins científicos de terceiros autorizados. Em respeito ao sigilo e cuidados éticos com o material, cada família e seus respectivos membros foram caracterizados com nomes e sobrenomes que iniciam com as letras do alfabeto, partido da letra “A” e as seguintes, dependendo da família.

⁸ “Da Guarda dos Documentos provenientes de Avaliação Psicológica”.

RESULTADOS

Breve caracterização das famílias

- Família principal: Alves
- Membros participantes da terapia: Adriana (48 anos, mãe), Alex (12 anos, filho), Augusto (12 anos, filho), André (12 anos, filho).
- Pai: Ademir (idade desconhecida).
- Motivação da família para a terapia: Adriana procurou terapia familiar porque seu filho Augusto estava com mau desempenho escolar. Segundo a mãe, o desempenho de Augusto na Escola piorou ainda mais depois de ter conhecido o pai dele, Ademir, quando aquele tinha 10 anos de idade.
- Número de sessões realizadas: 3.

- Família principal: Bastos
- Membros participantes da terapia: Beatriz (48 anos, mãe), Bruna (18 anos, filha), Bernardo (14 anos, filho), Benjamin (9 anos, filho).
- Pai: Bento (idade desconhecida, pai biológico de Bruna e Benjamin, mas não de Bernardo).
- Motivação da família para a terapia: Beatriz procurou terapia familiar porque queria ajuda para enfrentar a situação complicada pela qual a família passava e para que houvesse maior aceitação dos erros um dos outros.
- Número de sessões realizadas: 7.

- Família principal: Cardoso
- Membros participantes da terapia: Cláudia (46 anos, mãe), Cristiano (14 anos, filho), Caio (8 anos, filho).
- Pai: Celso (56 anos).
- Motivação da família para a terapia: Agressividade do filho Cristiano.
- Número de sessões realizadas: 14.

- Família principal: Diniz
- Membros participantes: Dalva (mãe, idade aproximada de 50 anos), Débora (filha, 11 anos), Daniel (filho, 11 anos), Diego (filho, 11 anos).

- Pai: Dimas (idade desconhecida).
- Motivação da família para a terapia: Dificuldades de relacionamento entre os membros, principalmente entre Dalva e Débora. Débora possui o diagnóstico de Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno Bipolar. Os trigêmeos e Dalva se agridem com frequência. Esta se diz estressada por ter de enfrentar tudo sozinha.
- Sessões realizadas: 28

Relacionamento entre pai e filhos:

Família Alves

Os filhos Alex, Augusto e André são trigêmeos, nascidos de um namoro entre Adriana e Ademir. Adriana tem três filhos de um relacionamento anterior, os quais moram com o pai deles. Há 13 anos ela conheceu Ademir, com o qual teve um namoro de três meses. Adriana engravidou e Ademir saiu de casa, sem saber que seria pai.

Segundo Adriana, Ademir tinha instabilidade emocional e financeira e era alcoólatra. Ele tinha cinco filhos de outros relacionamentos, sendo um filho de uma companheira e quatro de outra. Ao saber da vontade de Adriana de ter um filho, Ademir teria se assustado e isso o motivou a terminar a relação com ela. Adriana sugere, porém, que teria engravidado por “descuido”.

Adriana, então, resolve assumir os filhos sozinha, bradando ser uma “*produção independente*”. Coloca como meta a revelação aos filhos de quem seria o pai deles quando eles tivessem dez anos. Para Adriana, essa idade era a ideal porque os filhos estariam entrando na puberdade e precisariam de uma “*referência masculina*”.

Adriana começou a combinar com Ademir um encontro para que eles contassem aos filhos, já com sete anos, que ele era o pai. Porém, segundo ela, Ademir sempre desmarcava os encontros. Ademir teria tido contato com os filhos, antes da revelação da paternidade, por quatro ou cinco oportunidades, pelo fato de Ademir e Adriana manterem contato mesmo após o término da relação entre eles. Adriana disse que sentira vergonha de apresentar Ademir aos filhos, por ele “*não ter referências*” (sic) e ser alcoólatra.

Nesse tempo de ausência, Alex, Augusto e André perguntaram algumas vezes a Adriana sobre quem seria o pai deles. Uma das situações aconteceu quando os filhos tinham seis anos e, ao brincarem na rua junto aos carros e serem advertidos por Adriana,

Alex comentou “*quero morrer para ir junto do pai*” (sic). Adriana se defendeu dizendo que não dissera que o pai deles havia morrido, mas que o procuraria e, caso encontrasse, contaria a eles. Segundo ela, ao dar essa explicação sobre não saber do paradeiro do pai, os filhos “*se davam por satisfeitos*”.

O processo de revelação tornou-se mais iminente quando Augusto começou, por volta de nove anos de idade, a apresentar comportamento agressivo na escola. Adriana o levou para uma Psicóloga que teria concluído que a agressividade de Augusto teria como causa o fato de ele não conhecer o pai. Ademir, na época, estava concorrendo a um cargo público, então Adriana pensou em apresentá-lo aos filhos, caso ele conseguisse tal cargo, pois assim “*ele seria alguém importante*”. Não quis apresentá-lo antes disso porque não queria que o encontro atrapalhasse o pai deles, tendo em vista que, nessa mesma época, a mãe de quatro outros filhos de Ademir veio a falecer e a ele foi incumbido o cuidado da prole.

No dia da revelação, Adriana diz que Augusto ficou o restante do dia no quarto, inventando coisas para fazer, e soube por pessoas da escola que ele contou com felicidade que tivera contato com o pai e que seria parecido com este. Alex teria dito que já sabia que Ademir era o pai; Augusto teria ficado neutro, nem feliz nem triste; já André disse que nem desconfiara disso, que teria sido uma surpresa.

Adriana disse que Ademir tivera medo de assumir os filhos porque estes seriam questionadores, críticos e de personalidade forte. Imaginou que o problema de Augusto com o desempenho escolar seria em decorrência do segredo em relação ao pai, porém, com o conhecimento do genitor, nada mudou.

Nada mais em relação ao relacionamento entre pai e filhos foi citado nos relatos de atendimento. O que se pode observar, com os dados disponibilizados, é um afastamento devido ao não planejamento da gravidez, seguido do segredo que Adriana guardou para seus filhos e Ademir, o que acabou provocando um distanciamento emocional entre eles, além de ansiedade nas crianças. Na última sessão realizada, na técnica de “Desenho da Família Como Animais”, nenhum dos filhos desenhou o pai, apenas eles e a mãe.

Família Bastos

O histórico de relacionamento entre Bento e os filhos pode ser considerado, no geral, distante. Bento e Beatriz se casaram quando esta era bem jovem. Beatriz suscitou durante a terapia que teria casado para fugir do ambiente ruim em que vivia em casa.

Primeiramente nasceu Bruna, logo após Beatriz descobriu que Bento a traía. Para se vingar, Beatriz teve um relacionamento extraconjugal com o objetivo de gerar um filho dessa relação. Assim, nasceu Bernardo. Tanto Bruna como Bernardo foram criados pelos avós maternos, até os dez anos de Bruna. Bernardo descobriu que não era filho de Bento apenas com nove anos de idade, embora antes disso os filhos já tivessem suscitado essa possibilidade devido às conversas que ouviram em casa. Nessa época, tanto Bento como Beatriz viam os filhos somente aos finais de semana.

Cinco anos após o nascimento de Bernardo - período em que, segundo Beatriz, o casal vivia uma crise conjugal intensa -, Bento chega embriagado em casa e a estupra, gerando Benjamin. Beatriz, com ajuda de Bento, lança mão de vários métodos abortivos até o quarto mês de gestação. Sem conseguir abortar e acreditando ser uma benção divina o filho ter sobrevivido aos métodos adotados, Beatriz resolve desistir de interromper a gravidez e ter Benjamin, que nasceu prematuro.

Quando Benjamin estava prestes a completar dois anos, ele, Bernardo e Bruna vão morar com Beatriz. Nessa época Beatriz e Bento iniciam um processo de separação, com Beatriz expulsando-o de casa.

Bento demonstra carinho apenas por Bruna, negligenciando Bernardo, que não é seu filho biológico, e Benjamin, filho não desejado. Bento convida insistentemente Bruna para almoçar com ele e, inclusive, para morarem juntos. Beatriz suscita a possibilidade de, algum dia, Bento ter ofendido Bruna sexualmente, ou de, pelo menos, sentir atração física por ela.

Durante o processo terapêutico, Bento viveu por algumas semanas na casa junto à ex-cônjuge e os filhos. Bento só pagava pensão alimentícia quando vivia junto a eles, e interrompia os pagamentos quando não estava lá. Segundo Beatriz, Bento já fora acionado judicialmente e poderia ser preso a qualquer momento, porém o Oficial de Justiça nunca o encontrara por causa de ele não ter residência fixa (o que é curioso, pois Bento vivia por semanas na casa junto à família).

Bruna soube durante a terapia familiar que seu irmão Benjamin foi concebido a partir de um estupro, demonstrando-se confusa e suscitando dúvidas em relação às carícias recebidas do pai até o presente momento. Benjamin e Bernardo desconheciam a história da ofensa sexual, e Beatriz e Bruna acharam melhor que ainda não soubessem devido à imaturidade deles. Bruna revelou que a relação com o pai se resumia a “negócios” e que o vínculo com ele parecia estar “*desmoronando*”.

Família Cardoso

Cláudia e Celso conceberam, primeiramente, o filho Cristiano. Nos primeiros anos, Cláudia refere-se ao casamento e à maternidade de maneira mais positiva, declarando-se “*mais feliz*”. Segundo relato de Cláudia, Celso batia e xingava muito, tanto ela como Cristiano. Este, entre os quatro e cinco anos de idade já apresentava comportamento agressivo na creche, sendo, inclusive, expulso de uma.

Devido aos problemas na relação, Cláudia e Celso iniciam um processo de separação. Cláudia, com problemas de saúde, tomava algumas medicações que a deixavam sonolenta. Por pena, mesmo separada, Cláudia aceitou que Celso voltasse a morar com ela e Cristiano, desde que em outro cômodo. Porém, Cláudia revelou que, numa das noites em que se encontrava adormecida (Cláudia citou que tomava fortes remédios que a “dopavam”), fora estuprada por Celso. Descobriu que isso ocorrera ao constatar que estava grávida, já no sétimo mês de gestação. A dificuldade dela em identificar a gravidez deveu-se ao fato de ela e o Celso já não terem mais vida sexual ativa.

Mesmo com o histórico de agressões físicas, verbais e sexuais, Celso e Cláudia continuaram a morar juntos. Segundo relatos de Cláudia, Celso era emocionalmente distante em relação aos filhos, e só chegava perto para agredi-los ou assustá-los.

Quando Caio tinha três anos e Cristiano dez, Celso foi acusado de ter ofendido sexualmente seus dois filhos. Celso foi detido e, posteriormente, colocado em liberdade, até que o processo transitasse em julgado. Durante o processo de terapia familiar, Celso foi detido novamente, restando a ele cumprir a pena de 22 anos. Em terapia, os filhos Cristiano e Caio desmentiram e confirmaram a ocorrência das ofensas sexuais por inúmeras vezes, demonstrando confusão quanto a tudo o que ocorrera com eles. Tanto Caio como Cristiano sentiam carinho pelo pai, querendo visitá-lo no presídio. Porém, Cláudia mostrava-se relutante a esses encontros.

Caio escreveu uma carta para o dia dos pais, numa atividade escolar, na qual afirmava que Celso era “*o melhor pai do mundo*” e que ele, Caio, o amava. A carta nunca foi entregue. Cláudia foi chamada à escola porque Caio teve uma crise de choro ao lembrar que o pai estava detido.

Enquanto Celso aguardava em liberdade o processo transitar em julgado, a família fez um churrasco com a presença dele. Segundo Cristiano, esse foi um momento agradável. Caio demonstrou ansiedade com esse evento, e Cláudia ficou receosa.

Durante o período em que Celso estava sendo julgado, Cláudia comentou que ele pagava as contas da família. Porém, fazia isso como uma “moeda de troca”, querendo

que seus filhos falassem em juízo que haviam mentido sobre as ofensas sexuais, para que Celso pudesse ser inocentado. Quando este foi preso definitivamente, cessaram as ajudas financeiras e a família começou a passar por dificuldades. Celso trabalhava sem carteira assinada e, por conta disso, Cláudia teve dificuldades na obtenção do auxílio-reclusão. No último relato estudado para esta pesquisa, todavia, Cláudia havia sido informada que obteria o auxílio-reclusão.

Desde a prisão de Celso, os filhos não viram o pai, embora tenham vontade de que isso aconteça.

Família Diniz

Daniel, Diego e Débora são trigêmeos e residem com a mãe, Dalva. Até o início da terapia familiar, aqueles ainda não conheciam seu pai, Dimas, que morava em outro Estado. Dalva e Dimas relacionaram-se durante um período em que este esteve separado de sua esposa. Dalva engravidou, e Dimas, segundo palavras de Daniel e Débora, “*fugiu*”, quando descobriu que seria pai de trigêmeos. Dalva, no entanto, diz que Dimas apenas “*não quis ficar com a gente*”. Dois meses depois do parto, Dimas teria ido ao cartório para assumir a paternidade das crianças, com cujo vínculo manteve apenas para o pagamento da pensão alimentícia.

Dimas, após ter encerrado o relacionamento com Dalva, reatou com sua esposa da qual havia se separado. Dessa relação foi gerado um filho, meio-irmão dos trigêmeos.

Daniel e Débora consideravam o pai um “*mala sem alça*” e acreditavam que Dimas traía Dalva. Segundo os dois irmãos (na sessão em que falaram isso Diego não comparecera), eles têm vergonha de usar o sobrenome do pai.

Dalva se mudou para outro Estado e, em seguida, teve um relacionamento cuja duração foi de oito anos. Daniel considerava o ex-padrasto “um chato”.

Durante o processo de terapia, Dalva conseguiu o contato do pai de Dimas, avô das crianças, que se motivou ao conhecer a história dos três netos e quis marcar um encontro com toda a família. Dalva não mostrou vontade de ir ao encontro, querendo que sua irmã levasse os filhos, para não ter de encontrar com a atual esposa de Dimas, o que poderia causar constrangimentos. Segundo Diego, se Dalva visse Dimas na festa, diria: “*Seu vagabundo, seu desgraçado, tu não sabes o que eu passei cuidando desses três vagabundos*”.

Após conseguir o telefone do Dimas e do pai dele, Débora falou ao telefone com os dois. Ela, a paciente identificada da família, parece ser a mais ansiosa em ter contato com o pai. O pai de Dimas faleceu durante o processo de terapia da família Diniz, impossibilitando o contato com os netos. Algum tempo após o início da terapia, os trigêmeos viajaram para o Estado onde o pai e o meio-irmão deles moravam e os conheceram. Débora foi a que mais pareceu se envolver com o pai, segundo informações do relato.

No entanto, esse encontro entre pai e filhos não teve uma continuação, nem por telefone. Os filhos, após melhora no comportamento, voltaram a se agredir dentro de casa, assim como as crises de Débora se tornaram constantes. A hipótese sugerida nos relatos é que as crianças tiveram a esperança de que algumas coisas mudassem com o encontro com pai, como a continuidade do vínculo, o que acabou não acontecendo até o último relato obtido da família.

Relação entre pai e mãe:

Família Alves

Adriana e Ademir se conheceram por conta de ligações ideológicas comuns. Ambos tiveram relacionamentos anteriores, com filhos, cujas guardas estavam com os ex-cônjuges de Adriana e Ademir.

Começaram um rápido namoro, o qual culminou na gravidez dos trigêmeos. Adriana, depois de comentar com Ademir sobre sua vontade de ter um filho, revelou em terapia que ele “se assustou” e não quis mais se relacionar com ela. Adriana, que caracterizava Ademir como emocional e financeiramente inconstante e alcoólatra, resolveu seguir com a gravidez sem comunicar a paternidade dele e cuidar sozinha dos filhos.

Entre a gravidez e a revelação da paternidade aos filhos passaram-se dez anos. Nesse tempo, Adriana e Ademir tiveram alguns contatos, principalmente relacionados à ideologia deles.

Família Bastos

Beatriz e Bento possuem um histórico de traição conjugal recíproca. Ela, ao saber das traições do marido, teve um relacionamento casual no qual culminou no nascimento do segundo filho dela. Mesmo assim, os dois continuaram a conviver.

Beatriz não relatou nos atendimentos uma rotina de agressões, porém, contou que seu terceiro filho fora concebido a partir de um estupro cometido pelo ex-cônjuge. Em comum acordo, tentaram abortar o feto, porém sem êxito. Beatriz também pensou em suicídio. Permaneceram cerca de dois anos juntos.

Durante a terapia, Bento foi morar com eles novamente (dessa forma, ele pagava pensão aos filhos). Nessa época, Bento ofendia Beatriz verbalmente, tornando o convívio entre os dois uma tarefa relacional árdua. Beatriz aparentava não conseguir se colocar como chefe de família e expulsar Bento de casa, sendo incapaz de se defender.

Família Cardoso

Cláudia e Celso tiveram, segundo relato dela, um relacionamento conturbado em muitos sentidos. Cláudia revelou que Celso a traíra e a agredira verbal e fisicamente, desde os anos iniciais de relacionamento. Ela, ainda assim, dizia que se entendiam e que tiveram uma amizade “boa”, até pouco antes de ele ser acusado de ofensa sexual contra os filhos.

Como já exposto, Celso chegou a violentar sexualmente Cláudia quando esta estava sob efeitos de fortes medicamentos que tomara. Dessa forma, foi concebido o segundo filho do então casal.

Desde a acusação de ofensa sexual, Celso teve contato com Cláudia principalmente com o propósito de persuadi-la a negar a existência da violência, ou para entregar-lhe a pensão dos filhos. No início da terapia familiar, Cláudia falou que ainda gostava de Celso. Porém, durante o processo, ela revelou não querer mais vê-lo, inclusive negando aos filhos a possibilidade de ela ir ao presídio para que eles o visitassem. Disse “*não querer sentir raiva*” do ex-cônjuge porque seria um sentimento ruim. Perdoá-lo a faria sentir-se uma pessoa melhor.

Cláudia demonstrou ter sentimentos ambivalentes em relação a Celso, principalmente porque existia muita culpa em relação aos acontecimentos da vida dela e uma decepção pela vida conjugal que não acontecera como esperado por ela. Cláudia revelou que fora ofendida sexualmente quando tinha seis anos de idade e que ainda sentia muito a falta do pai, morto há 30 anos. Estes acontecimentos aparentavam não terem sido bem elaborados e, provavelmente, provocavam ainda mais dificuldades de aceitação e enfrentamento da situação atual. Cláudia também disse durante alguns atendimentos que poderia morrer a qualquer momento e que já pensou em se jogar na “*frente de um caminhão*”; esses acontecimentos seriam, na concepção dela, o melhor para seus filhos.

Família Diniz

Dalva e Dimas mantiveram um relacionamento durante um período no qual Dimas esteve separado da esposa dele. Após saber que Dalva estava grávida de trigêmeos, Dimas teria se assustado com a notícia e voltado a se relacionar com a antiga companheira, a qual também engravidou.

Desde então, Dimas e Dalva não mantiveram contato até o início da terapia da família. Dalva relatou ter tido, no passado, muita raiva de Dimas, mas que sentia, atualmente, somente pena dele, por ter perdido o desenvolvimento de seus filhos.

Como durante a terapia Dalva contatou Dimas e o pai dele para um reencontro, pôde novamente falar com ele, mas somente para mediar os assuntos relacionados ao encontro entre pai e filhos.

Fatores de vulnerabilidade e resiliência familiar presentes nas relações:

Família Alves

Como fatores de vulnerabilidade, pode-se citar, a princípio, a falta de planejamento de Adriana e Ademir para a gravidez. Adriana gerou filhos de uma relação na qual o parceiro, Ademir, era considerado por ela instável e alcoólatra, sendo este um motivo de vergonha para ela. A manutenção do segredo da gestação para Ademir também foi um fator que contribuiu para que os filhos não tivessem acesso ao pai, acarretando incertezas e ansiedades.

As mentiras que a mãe contou em relação ao paradeiro do pai também podem ser consideradas como fator de vulnerabilidade ao desenvolvimento familiar, visto que trouxera confusões aos filhos menores, que fantasiaram, conforme citado em relato de atendimento, que o pai poderia estar morto ou em qualquer outro lugar desconhecido.

Adriana aparentava ter uma dificuldade em colocar limites nos filhos, tendo pouca autoridade. Citou que o filho Alex desde os três anos de idade dizia que “*ia matar com faca*”, e, desde então, teria andado com esse instrumento ao sair de casa ou quando a mãe estava ausente, por sentir-se desprotegido. Os irmãos costumavam brigar muito, sem que a mãe conseguisse administrar os conflitos.

A mãe, por conta do desespero de não conseguir acalmar os filhos, já saiu de casa à noite por três oportunidades, deixando-os sozinhos, para livrar-se do ambiente familiar conturbado. Legalmente, uma atitude que se configura como negligência, embora seja compreensível diante da falta de suporte pelo qual ela passava.

Em relação aos fatores de resiliência, a mãe valorizava algumas qualidades dos filhos, como a inteligência, a personalidade e a determinação. A família parecia ter uma condição financeira razoável para que tivessem acesso, ao menos, aos serviços básicos de saúde, educação e habitação. Adriana tinha um emprego público, o que garantia certa estabilidade.

As crianças, embora brigassem com frequência, demonstravam união e uma forte ligação fraterna. Brigar, naquele contexto, poderia ser uma forma de diminuir a ansiedade da situação. Segundo relatado, Alex incomodava e batia em André, e Augusto, então, defendia esse. Alex se sentia como guardião da casa e protetor dos irmãos. Esse sentimento de desproteção foi discutido inicialmente em terapia familiar, porém a família não mais compareceu.

Família Bastos

Como fatores de vulnerabilidade, Beatriz citou inicialmente uma instabilidade de humor/emocional que dificultava sua convivência com as pessoas. Na época, tomava medicamento estabilizador de humor. Teve problemas no ambiente de trabalho, brigando com outros colaboradores. Dizia que tinha um prazo de cinco anos para deixar o atual trabalho, pois seria o “*tempo em que levava para enjoar das coisas*”. Essa instabilidade emocional poderia ser um fator de risco, tendo em vista que ela é a única cuidadora dos três filhos.

Com a ausência dos pagamentos de pensão por parte de Bento, a família passava por dificuldades financeiras sérias, com os filhos, inclusive, passando fome. Beatriz citou que Bernardo chegara a passar três dias bebendo água com açúcar porque não havia alimentos em casa e nem recursos para obtê-los. A família faltou a uma sessão de terapia familiar por não ter dinheiro para irem de ônibus à sessão.

Beatriz afirmou ter tido grande sofrimento em sua vida de criança e adolescência, o que seria o fator motivador para sair de casa, contraindo matrimônio. Mesmo sabendo da infidelidade conjugal do ex-marido, tiveram o primeiro filho juntos e mantiveram o casamento. Bruna seria a única filha a qual Bento desejou gerar. Quanto aos demais, Bernardo é filho de um relacionamento casual mantido por Beatriz fora do casamento para se vingar de outra traição do ex-marido, e Benjamin foi concebido por meio de um estupro, seguido de diversas tentativas de aborto. As tentativas frustradas provocaram um sentimento de culpa e arrependimento em Beatriz, os quais na época da terapia pareciam ocasionar dificuldades em colocar limites em Benjamin, o que

acarretava indignação nos irmãos e era motivo de brigas. Bento não possuía ligação emocional com os filhos homens, negligenciando-os.

Outro fator que os colocavam em risco era a violência que perpassava toda a família. As mais proeminentes advinham de Bento e Bernardo, que xingavam Beatriz com frequência. Esta não conseguiu se defender dos xingamentos e agressões físicas do filho e da agressão sexual do ex-marido. Um ex-namorado, com o qual teve uma relação de oito meses, agrediu-a fisicamente de forma violenta.

Beatriz passou algumas sessões de terapia familiar ameaçando seus filhos e, também, os terapeutas, de “*acabar com tudo*”. Repetiu que essa terapia seria a “*última tentativa*” de fazer as coisas melhorarem. Essas oscilações de humor e ameaças provocam nas crianças uma grande ansiedade de perder, a qualquer momento, a única cuidadora que tinham. Beatriz mostrava acreditar que as crianças teriam de entender o que acontecia com elas atualmente por conta de um passado de sofrimento que Beatriz tivera.

Beatriz demonstrou negligência em relação aos filhos, que chegaram a fugir de casa, cerca de um ano antes da terapia, por conta de a mãe praticamente tê-los abandonado, ao trabalhar o dia todo e, quando em hora de descanso, ir para casa de um ex-namorado, o mesmo que bateu nela de forma violenta. Os filhos, cansados de não serem cuidados e terem de cuidar um dos outros, pediram ajuda a alguns amigos de Bruna e saíram de casa, levando todos os móveis, deixando um bilhete com os seguintes dizeres: “*era assim que você queria? Agora nós fomos embora. Não nos considere mais os seus filhos. Adeus e não se esqueça*” (sic). Um mês após o ocorrido, Bruna e Bernardo teriam retornado a casa, e Benjamin foi enviado aos cuidados da avó materna, permanecendo até o final do ano letivo, voltando para casa posteriormente.

Outro fator de risco para a família foi o fato de Bruna ter de assumir um papel parental precocemente, devido à ausência afetiva/efetiva da mãe, tendo que cuidar dos seus irmãos mais novos. Além disso, Bruna tinha de trabalhar muitas horas por dia para conseguir ajudar a mãe a pagar as contas da casa.

Como fatores de resiliência familiar, pôde-se notar a ligação afetiva da fratria, que, embora brigasse vez ou outra, unia-se para enfrentar os problemas da família. Bruna mostrava, muitas vezes, melhores condições emocionais para lidar com os irmãos do que a mãe, que se igualava aos filhos em relação à maturidade com que resolvia as coisas.

Conquanto a família estivesse isolada socialmente no momento da terapia familiar, os avós maternos de Bruna e Bernardo os criaram até seus dez e seis anos, respectivamente, ajudando Beatriz e Bento, que na época estavam financeiramente incapazes de cuidar dos filhos. O problema relacional foi que, nesse período em que moraram os avós, Bruna e Bernardo construíram um vínculo afetivo pobre com os pais e se desvincularam totalmente dos avós, rompendo o contato abruptamente com aqueles que eram, até então, figuras de referência.

Família Cardoso

A família Cardoso é socialmente isolada. Tem pouco ou quase nenhum contato com parentes, amigos e comunidade. Cláudia se queixava, também, de pouca contribuição da rede pública de assistência, seja ela de qual área for (Social, Saúde, Jurídica, etc). Essa falta de suporte da rede de apoio fez com que a família ficasse isolada ao sofrimento, dificultando a movimentação para a mudança.

Cláudia e os filhos passavam dificuldades financeiras e chegaram a passar fome, dever o pagamento dos aluguéis, etc. Celso ajudou a família enquanto estava em liberdade; detido, não mais contribuiu com a família, que no momento da terapia familiar tentava conseguir auxílio-detenção para que pudessem pagar as contas básicas. Cláudia estava de licença médica devido a uma grave cardiopatia, porém, mesmo aconselhada pelo médico a não fazer qualquer tipo de atividade que envolvesse esforço físico, realizava trabalhos esporádicos como faxineira para conseguir alguma ajuda financeira. Recentemente, aposentou-se por invalidez e, embora seja contra a lei, tem aceitado fazer pequenas tarefas tais como passar roupa ou limpar a casa de pessoas que a contratam.

A família sofria de um extenso histórico de violências, sejam elas de ordem física, psicológica e sexual. Havia conhecimento de que Cláudia, aos seis anos, havia sido ofendida sexualmente por um primo, fato que acabou se repetindo novamente com seus filhos, violência dessa vez perpetrada por Celso, que, também, violentou Cláudia. Todos os membros da família proferiam palavras de baixo calão uns aos outros, sem exceção, bem como havia violência física entre Cláudia, Cristiano e Caio. Inclusive, Cristiano e Caio se agrediram durante a terapia familiar realizada no instituto. Cristiano teve muitos problemas com violência na escola, tendo sido expulso de algumas, somando nove mudanças de instituição; havia, também, sofrido “*várias ameaças de morte*” (sic).

Cláudia, devido ao desespero da situação, ameaçava abandonar os filhos, seja demonstrando cansaço por tudo o que estava acontecendo e querendo “*ir embora*”, ou

comunicando-lhes que ela poderia morrer a qualquer momento, devido ao seu problema de saúde. O grau de desorganização familiar decorrente de uma doença grave em um dos membros é grande, e todos enfrentam a ameaça de morte juntos.

Cláudia avisou em uma das sessões de terapia familiar que, se ela morresse, seria muito melhor para seus filhos, pois estes seriam cuidados por alguém ou alguma instituição, e não passariam pelos problemas que estavam passando. Situação que causava insegurança e ansiedade às crianças, pois, com a família isolada socialmente, uma hipotética morte da mãe os deixariam sozinhos, pois o pai encontrava-se preso e proibido, judicialmente, de chegar perto dos filhos sem supervisão de terceiros.

Apesar de ser uma família que apresentava muitas vulnerabilidades, ficou claro que um fator de resiliência familiar era a profunda ligação afetiva entre seus membros – Cláudia, Cristiano e Caio. Embora houvesse muito conflito – que era uma forma de lidar com a ansiedade que assolava a família em todos os âmbitos -, havia preocupação e cuidado recíprocos entre eles. No entanto, a demonstração dessa ligação era, quase sempre, pouco funcional.

Outro fator de proteção que se apresentou ao longo da terapia foi que Cláudia estava conseguindo se vincular com a direção da escola em que Cristiano e Caio estudavam, aceitando a sugestão do Diretor de transferi-los de turno escolar para que frequentassem um projeto desenvolvido por uma ONG, no qual praticam futebol, ginástica artística, reforço escolar e outras atividades.

Família Diniz

Como fatores de risco à família, primeiramente, pode-se citar a violência entre os membros. Abrangia a todos, sem exceção. Como Dalva morava sozinha com os filhos, sentia-se cansada, incapaz como mãe e tinha dificuldades em impor limites aos filhos, que agrediam uns aos outros e a própria mãe com frequência.

Como resultado do cansaço de Dalva, esta expôs em terapia que muitas vezes não quisera nem olhar para seus filhos, quando os problemas de relacionamento tornam-se insuportáveis, inclusive expondo essa insatisfação e desprezo a eles. Assim, seus filhos acabavam por demonstrar mais sintomas, como agressividade, como forma de responder à aversão da mãe e fazer com que ela tomasse atitudes em relação a isso.

A ausência paterna, por incapacidade do pai de assumi-los afetivamente como filhos, causava a estes ansiedade e raiva. Além de o pai biológico ter tido apenas uma oportunidade de contato pessoal com Daniel, Diego e Débora, o padrasto deles separou-

se de Dalva e pouco se interessou em manter contato com os enteados, mesmo em datas comemorativas, como o Natal. Como ele manteve um relacionamento com Dalva durante oito anos, abrangendo grande parte da infância das crianças, estas também sentiram a ausência dele. Os trigêmeos durante a terapia se mostraram relutantes ao abandono e, como estratégia de defesa, lançavam mão de sarcasmo e desdém em relação às pessoas que, inevitavelmente, tinham que se separar deles. Quando as terapeutas que os atenderam encerravam suas participações no atendimento, Daniel, Diego ou Débora debochavam e mostravam pouco apreço por elas, assim como o fizeram para com o pai e o padrasto. A hipótese era de que eles faziam isso como forma de lidar com a separação.

Como fator de resiliência familiar notou-se que, embora morasse sozinha, Dalva mantivera contato com sua irmã, médica psiquiatra, que os ajudava sempre que possível. Nas férias, Dalva enviava, geralmente, Daniel e Diego para a casa de parentes no Estado de origem da família, quando Dalva, então, podia descansar e, os filhos, aproveitar as férias em outro local senão a casa.

Posto que não mantivesse contato com Dimas, Dalva recebia pensão alimentícia dele, além de ela ter um emprego que proporcionava um padrão de vida em que era possível manter os três filhos em colégio particular (durante a terapia, Daniel e Diego foram para a escola pública para diminuição dos gastos), contratar faxineiras em alguns dias da semana e ter veículo próprio. Débora frequentava psiquiatra, endocrinologista e teve a possibilidade de fazer tratamento para melhorar a qualidade do sono. O acesso a estes recursos ajudavam diminuir as vulnerabilidades da família.

DISCUSSÃO

O agrupamento das informações referentes às famílias monoparentais atendidas no instituto de formação sistêmica implicou diversas considerações acerca de pontos em comum entre elas que merecem ser destacados: três das quatro famílias eram compostas por mãe e três filhos, e duas famílias (Alves e Diniz) eram compostas por filhos trigêmeos. Além desta configuração pouco comum, chama a atenção o fato de os pais dessas crianças serem afetivamente ausentes, embora pagassem pensão alimentícia, ao contrário das famílias Bastos e Cardoso, cujos genitores do sexo masculino conviveram com as crianças, porém, divorciados, não as auxiliavam financeiramente. Corroborando com esses dados referentes ao não pagamento da pensão alimentícia, levantamento condu-

zido por Przybysz e Silva (2010) em uma Vara de Família da cidade de Ponta Grossa (PR) apontou que, nos processos investigados, 53,6% das queixas feitas por mulheres naquela comarca relacionavam-se ao abandono financeiro dos filhos por parte dos pais.

No caso da Família Bastos e Cardoso, a ausência de pagamento de pensão provocou uma queda acentuada no orçamento familiar, fazendo com que Beatriz e Cláudia relatassem que a família passava fome com certa frequência. Dessa forma, Beatriz tinha que trabalhar mais para conseguir sustentar a casa, tendo a ajuda de Bruna, que trabalhava para colaborar no orçamento familiar; Cláudia, mesmo recebendo aposentadoria por invalidez, realizava trabalhos domésticos em outras residências para conseguir pagar o aluguel e as demais contas da casa.

Em um dos processos levantados na pesquisa de Przybysz e Silva (2010, p. 40), o auxílio financeiro aos filhos mostrava-se atrelado ao sentimento de posse por parte do ex-cônjuge, que associava o pagamento da pensão alimentícia à manutenção do lar: “*O réu não auxilia no sustento do menor, alegando que só pagará pensão quando puder e quando houver uma solução para o relacionamento entre si e a esposa*” (sic). Esse trecho do processo tem ligação com o que ocorria com a família Bastos, visto que Bento só oferecia ajuda financeira quando estava morando na mesma casa que Beatriz e os filhos.

Nas famílias com crianças trigêmeas, os pais delas só tiveram contato com os filhos quando estes tinham onze anos de idade. No caso da família Alves, a mãe escondeu a gravidez do genitor por algum tempo, principalmente por achá-lo inadequado ao papel paterno, e no caso da família Diniz porque o pai teria se assustado e retornado ao relacionamento que tinha antes com outra companheira.

Assim, no caso da família Alves, fica evidente que o segredo tornou-se um mediador da relação que Adriana mantinha com o ex-companheiro e seus filhos, visto que ela guardou segredo de todos. Para Imber-Black (1994), os segredos podem ser nocivos na medida em que engendram sintomas debilitantes e colocam à prova a confiabilidade das relações. Segredos nocivos geralmente têm longa duração e suas ocorrências passadas têm implicações presentes; os pais podem achar que estão protegendo seus filhos do conteúdo do segredo, quando para a criança o sentido de proteção atribuído pelos pais tem mais sentido de traição. Para a autora, as consequências do segredo são múltiplas, dentre elas a ansiedade, a culpa, sintomas que servem para disfarçar o segredo ou que servem de metáfora para ele.

Mason (1994) afirma que segredos familiares envolvendo sexo e alcoolismo são os mais comuns. É interessante notar que o segredo guardado por Adriana tem raízes em

um relacionamento amoroso com um sujeito chamado por ela de “alcoólatra”. Ela tinha vergonha de contar aos filhos quem era o pai por ele ser instável emocional e financeiramente e ter esse suposto vício por álcool. Para Mason (1994, p. 42), a vergonha está “no eixo do ciclo de controle”, e a cultura capitalista evidencia uma imagem externa de sucesso, ainda que em níveis profundos não consiga erradicar a vergonha sentida.

Outra temática que emergiu dos relatos foi a infidelidade conjugal, aparecendo em duas famílias de forma explícita (Bastos e Cardoso) e implícita em uma (Diniz). No caso da família Bastos, a implicação da infidelidade conjugal ultrapassou o conflito restrito aos cônjuges, pois a infidelidade de Bento motivou Beatriz a traí-lo, e desta relação sexual fora do matrimônio foi concebido o filho Bernardo, que tornou-se o “fruto da vingança” de uma traição.

Um fator extremamente importante e que se repetiu em todas as famílias participantes dessa pesquisa foi a ocorrência de violência intrafamiliar. A presença de violência nas famílias indica que estas ofensas físicas podem ser uma forma de manifestação das fragilidades nas relações, das vulnerabilidades das famílias (DE ANTONI, BARONE e KOLLER, 2007), dificuldades de vinculação dos membros no contexto familiar e baixa coesão entre eles (DE ANTONI, 2005).

No caso das famílias cujos genitores do sexo masculino não eram presentes (famílias Alves e Diniz), a violência acontecia, principalmente, com os irmãos entre si e entre estes com a mãe. Já nas outras famílias (Bastos e Cardoso), a violência acontecia também com a presença dos ex-cônjuges e ultrapassava os limites intrafamiliares. Na família Cardoso, por exemplo, o primogênito (Cristiano) apresentava comportamento agressivo grave entre ele e seus pais, tendo mudado de escola por várias vezes devido à violência sofrida e desferida contra colegas.

Para Sá e colaboradores (2010), a exposição de crianças à violência física pode causar uma adaptação prejudicada a estímulos afetivos e emocionais, pois as respostas padrão para situações futuras podem ser de medo excessivo ou agressividade. Como são sensíveis a estímulos agressivos, as crianças e adolescentes que sofreram violência física têm a tendência de interpretar estímulos sociais não violentos com hostilidade.

Corroborando com a ideia exposta, Minuchin e Fishman (2003), citados em De Antoni, Barone e Koller (2007), afirmam que subsistema conjugal se apresenta como um modelo de como são estabelecidas as relações de intimidade entre as pessoas, os meios de expressão afetiva, os modos de relacionamento com um parceiro e as formas de lidar com os conflitos entre pais. Crianças que são testemunhas de violência conju-

gal, conforme percebido com as famílias Bastos e Cardoso, podem desenvolver em suas interações o mesmo modelo aprendido na infância. Em oposição a isso, quando os relacionamentos conjugais são apropriados, tornam-se fator preponderante para a qualidade de vida nas famílias, tendo em vista que o ajustamento conjugal, as formas de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos empregados pelos pais influenciam o desenvolvimento de padrões de cuidados dos filhos e a qualidade das relações entre genitores e crianças (BRAZ, DESSEN e SILVA, 2005).

Para Gottman (1998), relações maritais insatisfatórias aumentam o risco de psicopatologias e outras doenças físicas nos cônjuges, além do risco de cometerem suicídio, homicídio e atos de violência. Para os filhos, conflitos conjugais estão associados à depressão, baixa competência social, problemas de saúde, baixa capacidade escolar/acadêmica e outros distúrbios de conduta correlacionados (GOTTMAN, 1998). O desgaste provocado pelas desavenças entre o casal pode reduzir a atenção sobre as necessidades dos filhos; os pais acabam se tornando menos consistentes e afetivos em sua parentalidade, colocando os filhos em segundo plano (DE ANTONI, BARONE e KOLLER, 2007). Algo que chama a atenção nas famílias participantes desta pesquisa é que, em todas, há crianças com histórico de repetência em séries escolares e agressividade⁹.

Estudo conduzido por Gottman e Katz (1989) com 56 famílias e filhos de quatro e cinco anos, cujos procedimentos incluíram interação conjugal, parental e das crianças com seus pares, mostrou associação entre a discórdia marital e a saúde física da criança e suas relações com seus pares. O estresse conjugal pode dificultar o desenvolvimento das relações sociais da criança com seus pares e aumentar sua susceptibilidade a doenças físicas. Os genitores que apresentavam insatisfação conjugal caracterizavam-se por um estilo parental frio, não responsivo e irritadiço, que pôde ser observado, também, com as mães participantes desta pesquisa.

Nas famílias Bastos e Cardoso ocorreu, além de violência física, violência sexual. Na família Bastos o ex-cônjuge Bento ofendeu sexualmente Beatriz ao chegar à casa bêbado, e dessa violência sexual nasceu o filho Benjamin. Há desconfiança, por parte de Beatriz, que Bento pudesse ter intenções sexuais com a filha Bruna, visto que ele demonstra maior interesse por ela do que pelos outros filhos. Já na família Cardoso, Celso violentou sexualmente sua ex-esposa Cláudia e está detido cumprindo pena de 22

⁹ Em crianças, agressividade ou irritabilidade podem ser sintomas de depressão.

anos por ofender sexualmente seus filhos. Para Sinclair e Martinez (2006), a mãe que descobre que o filho foi ofendido sexualmente sofre um intenso impacto emocional, principalmente quando o autor da violência é seu companheiro. Suas próprias vivências traumáticas interferem para dar uma resposta efetiva frente às necessidades de seus filhos (Cláudia também foi ofendida sexualmente quando criança), tornando o impacto da revelação da ofensa sexual ainda mais complexa e intensificada.

Como parte do impacto da revelação, a mãe demonstra dificuldades para entender que a ofensa sexual realmente ocorreu. Espera-se que ela se encontre ambivalente e oscile entre a crença e descrença na existência da ofensa sexual. Sentimentos complexos e contraditórios podem aparecer a respeito do autor da violência sexual, incluindo raiva, pena, desejo de protegê-lo ou medo (WOMACK *et al*, 1999 *apud* SINCLAIR e MARTINEZ, 2006). A mãe também deve enfrentar alguns desafios, dentre eles, a possível decisão de separar-se do autor da ofensa sexual, cujas repercussões mudam a situação econômica e o estilo de vida da família (SINCLAIR e MARTINEZ, 2006). Fato que ocorreu com Cláudia, que se sentia ambivalente quanto à prisão de Celso porque, com a detenção, não recebia ajuda financeira e a vida parecia piorar.

Não é incomum, ainda, que as mães enfrentem ruptura de vínculos significativos com membros da família que não creem na violência sexual (MARTÍNEZ, SINCLAIR, ARAYA e ARÓN, 2005 *apud* SINCLAIR e MARTINEZ, 2006), situação também experienciada por Cláudia, que se via em dúvidas da existência ou não da ofensa sexual porque familiares, amigos e até operadores do Direito não acreditavam que Celso poderia ter cometido tais atos sem que ela não tivesse sido partícipe, conivente ou negligente quanto às ocorrências.

Pesquisa realizada por De Antoni, Barone e Koller (2007) com 20 famílias de nível sócio-econômico baixo e histórico de abuso físico parental apontou alguns fatores de risco presentes nessas famílias. Entre eles, destacam-se a violência conjugal (70% das famílias), violência transgeracional (65%), sobrecarga nos papéis de mãe (50%), a falta de limites dos filhos (50%), relação agressiva entre pai-filhos (45%) e entre mãe-filhos (40%). Esses fatores também podem ser encontrados nas famílias participantes desta pesquisa.

Para De Antoni, Barone e Koller (2007), a sobrecarga de papéis, se não for bem administrada, pode gerar angústia e negligência. Mães podem se sentir sobrecarregadas quando elas, por exemplo, trabalham, estudam, cuidam dos afazeres domésticos, da educação dos filhos, entre outros. Quando a sobrecarga atinge aos filhos, geralmente há

atividades exigidas pelos pais que vão além das esperadas para uma criança, que é estudar e brincar. Muitas vezes, crianças e adolescentes são responsáveis pelo cuidado da casa e dos irmãos, assumindo o papel de cuidador ao invés de serem cuidados.

Ainda sobre a temática de sobrecarga de papéis, é apropriado destacar a pesquisa de Benvegnú *et al* (2005) com 3.139 crianças no Rio Grande do Sul, cujos resultados indicaram que começar a trabalhar muito jovem é um importante risco para problemas de comportamento. Corroborando com esses achados, Thomé, Telmo e Koller (2011) afirmam que, no Brasil, a inserção laboral dos jovens mostra-se desfavorável em alguns aspectos, pois em contextos mais desprotegidos e instáveis o trabalho pode se tornar um fator que aumenta a vulnerabilidade. Crianças que trabalham (dos 10 aos 13 anos), inclusive com tarefas domésticas, apresentam 60% mais chances de manifestar problemas de comportamento do que as que não trabalham. Já para os adolescentes (dos 14 aos 17 anos), problemas de comportamento parecem ter menor possibilidade de manifestação naqueles que trabalham (BENVEGNÚ *et al*, 2005).

Embora a participação em tarefas domésticas e de cuidado aos irmãos menores possam ser atividades lúdicas e de interação entre os membros da família, no caso de três famílias participantes desta pesquisa, as crianças e adolescentes se viam obrigados a realizar as tarefas domésticas e cuidar dos irmãos porque as mães não conseguiam atender às demandas sozinhas. Na família Bastos, Bernardo e Bruna faziam serviços domésticos e Bruna trabalhava fora para ajudar no orçamento familiar. Havia brigas entre os irmãos porque Benjamin realizava menos atividades domésticas do que os outros, que se sentiam injustiçados. Na família Cardoso, Cláudia muitas vezes deixava a cargo de Cristiano os cuidados a Caio, o que aumentava os conflitos entre eles. Cláudia tinha uma grave cardiopatia, que a prejudicava na possibilidade de trabalho e de cuidar da casa e dos filhos, provocando um isolamento social e funcional e criando uma sobrecarga no sistema familiar quanto aos aspectos de cuidados e relacionamentos (VICENTE, 2004). Na família Diniz, a queixa era de Daniel e Diego, que afirmavam “*fazer tudo*” em casa, enquanto Débora não fazia nada. Nesta família, as crianças deixavam claro para Dalva que não era papel deles cuidar da casa justamente porque eram crianças.

Outro tópico presente na pesquisa de De Antoni, Barone e Koller (2007) foi em relação ao reconhecimento legal da paternidade. Nesta pesquisa, pode-se afirmar que todas as crianças foram registradas em cartório pelos pais que foram referidos em terapia, exceto em relação à família Alves, pois os relatos não mencionavam o registro das

crianças por Ademir, embora Adriana tenha comentado que “*ele não quis assumir*” (sic). O reconhecimento emocional, então, não ocorreu com as crianças das famílias Alves e Diniz, que viveram por mais de dez anos sem conhecer seus respectivos pais, e, no caso da família Bastos, embora o filho Bernardo tenha sido registrado por seu pai de criação, ele foi desprezado por este enquanto filho. Bernardo soube que não era filho de Bento com nove anos de idade.

Cabe ressaltar que, embora Benjamin fosse filho biológico de Bento, este mostrava pouco interesse por aquele. A hipótese feita pelos terapeutas e equipe que atenderam a família é que, talvez, Bento desconsiderasse Benjamin por este ter sido concebido por meio de uma violência sexual, além do fato de ter havido tentativa de aborto, conotando uma despreensão em relação ao filho que futuramente viria. De acordo com De Antoni, Barone e Koller (2007), o não reconhecimento da paternidade demonstra a desconfiança e a fragilidade que existe no vínculo conjugal, podendo tornar-se um risco, principalmente quando o pai trata determinado filho diferente dos demais – com abuso emocional e/ou físico, o que acontecia com a família Bastos; ou com indiferença e distância, conforme ocorrido com as famílias Alves e Diniz, cuja prole foi concebida a partir de um namoro passageiro e que o genitor do sexo masculino não criou vínculos com os filhos.

Em todas as famílias as mães demonstravam desespero por não conseguirem lidar com os filhos e com a situação a qual se encontravam. Cláudia e Beatriz já realizaram tratamento psiquiátrico, e esta, na época dos atendimentos, tomava medicamentos estabilizadores de humor. Beatriz referiu, em uma das sessões, já ter pensado em suicídio e mencionava que a terapia familiar era sua “*última alternativa*” (sic). Cláudia afirmou ter vontade de se jogar na frente de um caminhão e “*acabar com tudo*” (sic), além de pensar que, morta, seus filhos estariam melhores.

Estudo de Sá *et al* (2010) apontou que ideação suicida materna (cerca de 23,9% da amostra da pesquisa deles) é um fator de risco importante para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. Além disso, as mães que referiram ter tido ideação suicida tiveram probabilidade oito vezes maior de ter sofrido violência conjugal grave nos últimos 12 meses em comparação com as que não tiveram essas ideias; elas também tiveram probabilidade quatro vezes maior de ter um marido ou companheiro que se embriagou naquele mesmo período de um ano. Curiosamente, corroborando com os dados da pesquisa, Beatriz afirmou ter pensado em suicídio depois de o ex-cônjuge tê-la estu-

prado ao chegar alcoolizado em casa. Cláudia, embora não tivesse relatado alcoolismo de Celso, sofreu por diversas vezes grave violência do ex-cônjuge.

De acordo com Eizirik e Bergmann (2004), o papel materno é um importante fator a ser considerado quando da ausência do pai. A presença de psicopatologia materna, os recursos emocionais que a mãe possui e o tipo de relacionamento entre ela e os filhos são pontos cruciais para o desenvolvimento da criança, pois do relacionamento entre os membros da família pode surgir uma maior ou menor predisposição para os conflitos associados à falta paterna. Para os autores, a participação do ambiente familiar, social e econômico exerce influência no desenvolvimento da criança e em como ela lida com a ausência do pai.

Conforme De Antoni, Barone e Koller (2007), a sobrecarga da mãe pode se tornar um fator que provoca vulnerabilidade quando as demandas são maiores que a capacidade que ela tem para supri-las. Vivenciando situações graves de estresse, a mãe acaba se tornando pouco tolerante com as atividades diárias. Nos casos relatados nesta pesquisa, observam-se negligência, violência e desespero, que podem ser resultados das demandas que as mães não conseguem lidar. Dalva, por exemplo, abandonou a casa por algumas vezes, deixando os filhos sozinhos, por estar desesperada e não querer conversar com eles e, tampouco, vê-los. Afirmou haver dias em que precisava sair de casa *“para não cometer nenhuma besteira”* (sic).

O fato de os genitores do sexo masculino não participarem da vida dos seus filhos pode ter uma ligação com essa dificuldade que as mães têm para colocar limites neles. Estudo de Gomes, Crepaldi e Bigras (2013) apontou um maior engajamento paterno com os filhos do sexo masculino em relação à disciplina. Ou seja, o pai investe mais na disciplina dos meninos do que das meninas. Como resultado, a pesquisa indicou uma relação entre maior engajamento paterno nos cuidados básicos e tarefas de casa e menor comportamento externalizante (como a agressividade entre pares) de crianças pré-escolares. A colocação de limites em meninos era situação demandada por todas as famílias da presente pesquisa, com exceção da família Diniz, cujo foco principal de preocupação da mãe era Débora, embora os filhos Daniel e Diego também provocassem situações das quais Dalva se queixava por não conseguir resolver.

Soma-se a essa dificuldade a entrada dos filhos na fase da adolescência, que pode se tornar um risco na medida em que muitos pais parecem não saber lidar com essa fase específica do desenvolvimento, seja por desconhecimento, incompreensão ou intolerância acerca das mudanças físicas e emocionais pelas quais os filhos estão passando

(DE ANTONI, BARONE e KOLLER, 2007). Para meninos adolescentes, conforme indicou pesquisa de López *et al* (2008), a qualidade do envolvimento com professores e colegas na escola parece ser um fator tão importante quanto o engajamento familiar para o aumento ou diminuição do comportamento agressivo. Para as meninas, o estudo apontou que, nessa fase, a qualidade do envolvimento familiar era fator suficiente para a diminuição da agressividade. Assim, a soma de más interações com a escola e família, para meninos na fase da adolescência, parece ser um fator crucial na apresentação de comportamentos agressivos.

Outro fator que merece destaque é que todos os genitores do sexo masculino tinham filhos de outros relacionamentos. Ademir já era pai de outros quatro filhos quando engravidou Adriana; Bento era pai quando engravidou Beatriz; Celso teve quatro filhos antes de engravidar Cláudia; e, por fim, Dimas foi pai de outra criança após o nascimento dos trigêmeos que tivera com Dalva.

Embora ter filhos de outro relacionamento não seja em si um fator que implique ausência e engajamento paternos, no caso das famílias desta pesquisa foi um fenômeno característico. Não foi possível inferir, a partir da leitura dos relatos, como era o relacionamento dos pais com os filhos dos outros relacionamentos; o que se sabe, é que o engajamento paterno é multideterminado, resultado da interação dinâmica de fatores como as características dos contextos social e familiar do pai, características dos filhos e as dos pais (GOMES, CREPALDI e BIGRAS, 2013).

Percebe-se, portanto, que muitos são os fatores que provocam vulnerabilidade ou resiliência que constituem a vida dessas mulheres pobres que são chefes de família monoparental, tornando-se necessário qualificar suas possibilidades de enfrentamento e sobrevivência (COSTA e MARRA, 2013). O isolamento social percebido nessas famílias e a falta de uma rede de apoio mais extensa – principalmente para as famílias Bastos, Cardoso e Diniz - aumentam o desafio no trabalho de refortalecimento familiar, mas não deve ser obstáculo intransponível nem motivo de oposição.

Não se deve imaginar, também, que a pobreza ou dificuldade financeira sejam fatores preponderantes para as adversidades e crises que essas famílias enfrentam. Conforme visto em pesquisa de Bolze *et al* (2013) e Braz, Dessen e Silva (2005), famílias de classe média podem, igualmente, enfrentar momentos de conflitos relacionais, como quando os cônjuges não conseguem dialogar e lançam mão de reações negativas, gritos, reclamações, demonstrações de raiva, agressões verbais, etc. Assim, a família com condição econômica desfavorável só pode ser considerada como vulnerável dentro de um

contexto em que outros fatores ecológicos e estressores no ciclo vital estão agindo em desfavor ao bem-estar da família, e que a pobreza atua como potencializadora das dificuldades de enfrentamento. O efeito cumulativo de múltiplos fatores isolados, do mesmo modo que adversidades duradouras ou repetitivas, é que são os mais prejudiciais ao desenvolvimento (HALPERN e FIGUEIRAS, 2004).

CONCLUSÃO

Conclui-se com o término da pesquisa que os pais (genitores do sexo masculino) não tinham qualquer vínculo relacional com seus filhos (família Alves e Diniz) ou tinham histórico de violência com eles (violência psicológica e física com os filhos da família Bastos e todas as formas de violência com os filhos da família Cardoso). Em todos os casos, a ausência paterna predominava. Curiosamente, os filhos que mais relatavam querer ter contato com o pai eram, justamente, os da família Cardoso, que sofreram do pai violência física, psicológica, sexual e negligência. Se analisarmos apenas a quantidade, Celso foi o que mais passou tempo com os filhos entre os pais desta pesquisa.

Quanto ao relacionamento entre os pais, genitores masculino e feminino, pôde-se constatar que foram relacionamentos rápidos, descompromissados e com pouco contato posterior ao nascimento da prole (famílias Alves e Diniz) ou foram marcados por diversos conflitos e violências (famílias Bastos e Cardoso). A falta de planejamento familiar foi ponto que conectou todas as famílias, cada qual à sua maneira. Adriana e Dalva engravidaram e resolveram assumir os respectivos filhos sozinhas; Beatriz teve um filho concebido de um caso extra-conjugal; Beatriz e Cláudia sofreram violência sexual e dela nasceram dois de seus respectivos filhos.

Quanto ao relacionamento com o ex-cônjuge no momento da terapia, Adriana tinha pouco contato com Ademir, parecia ter vergonha de tê-lo como pai de seus filhos, concebia-o como instável e queria que ele mudasse para poder mostrá-lo com orgulho aos filhos; Beatriz geralmente desconhecia o paradeiro de Bento, que, quando aparecia, passava alguns dias na casa dela, ofendendo-a verbalmente; Cláudia não queria mais ver seu ex-cônjuge, na época preso. Dizia que seus filhos só veriam o pai quando ela morresse; Dalva só tinha contato com Ademir para intermediar o contato com os filhos.

Em relação aos fatores de vulnerabilidade, notou-se nas famílias que o isolamento social e a rede de apoio enfraquecida eram fator em comum entre elas, assim

como o descontrole emocional das mães e as dificuldades delas em lidar com os filhos. A violência intrafamiliar foi, talvez, o fator de risco mais marcante visto nessas famílias, todas de maneira moderada a grave. A dificuldade financeira foi ponto em comum às famílias Bastos e Cardoso, e a total ausência paterna por mais de dez anos (com exceção ao auxílio financeiro) foi comum às famílias Alves e Diniz. Em todas as famílias não houve planejamento familiar, o que aumentou a possibilidade de o casal conceber filhos não desejados e pode ter sido motivação importante para as dificuldades relacionais apresentadas nessas famílias.

Para os fatores de resiliência, notou-se a ligação entre os irmãos, de todas as famílias, de maneira consistente. Demonstravam muita união, apesar de a relação ser muitas vezes conflituosa, possivelmente, para lidar com a angústia familiar. Isolados e percebendo suas mães desesperadas, talvez a agressividade fosse a maneira encontrada por eles para suportar a situação.

Salienta-se o papel das mães que aceitaram os encaminhamentos da escola e serviços de saúde para a terapia familiar, pois, assim, demonstraram interesse à procura de uma solução para as demandas de suas famílias. Ao conhecer as histórias, os terapeutas podem ajudar a desenvolver e refortalecer os mecanismos de proteção e resiliência dos membros, como o incentivo ao reconhecimento das variadas formas de violência – mesmo as “disfarçadas” e “invisíveis” -, de modo a diminuir ou evitar futuras situações de risco.

Os demais fatores de resiliência não foram comuns a todas as famílias: para a família Alves, a mãe elogiava bastante seus filhos e possuíam uma situação financeira estável; para a Bastos, os avós maternos cuidaram dos filhos de Beatriz quando esta não tinha condições de criá-los; para a família Cardoso, a vinculação com a direção da escola; e, para a família Diniz, a possibilidade de apoio da irmã de Dalva à família e a condição financeira que propiciava à família acesso a inúmeros serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou fazer um levantamento minucioso sobre o papel do pai nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres que foram atendidas em um Instituto de formação Sistêmica. Por ser uma configuração familiar cada vez mais comum no Brasil, os resultados do estudo permitiram vislumbrar a realidade de uma pequena parcela dessa população. Apesar de o objetivo inicial ter sido estudar o papel do pai nessas famílias, cabe salientar que ele foi cumprido parcialmente, pois as famílias dos documentos selecionados se caracterizam por possuírem pais ausentes ou violentos, e que, por essa razão, as repercussões disso para mães e filhos ficam mais evidentes na discussão da pesquisa.

Em posse dos resultados, espera-se que sejam realizadas reflexões acerca das vicissitudes e infortúnios que assolam as famílias monoparentais e que motivam a vinda delas à terapia familiar. Acrescentar e expandir os conhecimentos de terapeutas sistêmicos a respeito das famílias monoparentais chefiadas por mulheres se torna substancial para melhor compreender e, por consequência, ajudar essas famílias a lidar com as inúmeras tarefas do ciclo de vida.

Assim, de maneira sucinta, sugere-se que o terapeuta familiar adote uma postura positiva e que fomente narrativas que integrem aspectos positivos da identidade dos membros da família; que apóie e reconheça os recursos da fratria e refortaleça a mãe, que vem à terapia desesperada, e ajude a tornar visíveis os sucessos dos indivíduos, qualificando os recursos que eles possuem, como a coragem, a persistência, a capacidade de luta, os sentimentos de amor, valorização as capacidades intelectivas, a persistência da mãe em manter os filhos na escola, a valorização dos estudos, entre outros. Os terapeutas podem, inclusive, atuar de maneira mais diretiva, ajudando a família a pesquisar os recursos comunitários que auxiliam na apropriação dos direitos básicos, principalmente os das crianças e adolescentes.

Torna-se importante, também, atentar para as relações violentas que se estabelecem nas interações familiares, de modo que o trabalho terapêutico desnaturalize a violência e a torne evidente aos olhos da família. É possível auxiliar os filhos a elaborar os lutos da ausência paterna e a lidar com os sentimentos de abandono, investigando a possibilidade, caso seja indicado, de explorar caminhos de integração entre pais e filhos, com a devida cautela para que não se banalize os danos nos casos de histórico de violência intrafamiliar e quando não houver interferência do conflito conjugal.

O estudo teve como limitação a pouca quantidade de relatos de atendimento sobre diferentes famílias monoparentais atendidas no Instituto. Talvez, em uma amostra maior, pudessem eclodir novas possibilidades e outras vivências familiares, enriquecendo ainda mais os dados produzidos. Outra limitação foi em relação ao método, pois a coleta de dados aconteceu por meio da técnica de análise documental, que é a reprodução dos terapeutas acerca da percepção deles do que foi realizado em atendimento. Ou seja, os dados aqui levantados são a “reprodução da reprodução” das sessões de terapia, o que pode acarretar distorções acerca de uma realidade pouco mais fidedigna. Por fim, não se pôde obter dados referentes à família de origem, o que impediu uma análise transgeracional das repetições.

Como sugestão para futuras pesquisas com famílias monoparentais, recomenda-se aprofundamentos nas temáticas que se mostraram frequentes, como a falta de planejamento familiar e violências intrafamiliares. Propõe-se uma análise transgeracional, que no presente estudo não foi possível devido à inexistência de informações documentadas. Uma vez que a pesquisa teve caráter descritivo das famílias, e não da *práxis*, sugere-se, também, estudos de caso que foquem as intervenções realizadas, de modo que os terapeutas tenham acesso também à prática sistêmica no atendimento de famílias com demandas similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Uso e abuso dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

ANDOLFI, M. et al. **Por trás da máscara familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BARSTED, L. L. Contribuições do feminino no exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (org). **O Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. pp. 65-73.

BENVEGNÚ, L. A.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A.; WEGMAN, D. H.; DALL'AGNOL, M. M. Work and behavioural problems in children and adolescents. **International Journal of Epidemiology**, v. 34, p. 1417-1424, 2005.

BOLZE, S. D. A. **A relação entre engajamento paterno e qualidade do relacionamento conjugal de pais com crianças de 4 a 6 anos**. 2011. 144 f. Dissertação de mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____.; SCHMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflitos entre casais. **Actualidades en Psicologia**, v. 27, n. 114, p. 71-85, 2013.

BOSSARDI, C. N.; GOMES, L. B.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Engajamento paterno no cuidado a crianças de 4 a 6 anos. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 73, p. 237-246, 2013.

BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. **Lealtades invisibles**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BOWEN, M. **De la familia al individuo**. Barcelona : Paidós, 1991.

BRAZ, M. P.; DESSEN, M. A.; SILVA, N. L. P. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 151-161, 2005.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutágua**, n. 15, p. 42-52, 2008.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BROWN, F. H. A Família pós-divórcio. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. pp. 321-341.

BURDON, B. Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem? In: SILVEIRA, P. (org). **O Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. pp. 81-90.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. As mudanças no Ciclo de vida Familiar – Uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. pp. 7-27.

CECCONELLO, A. M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. 2003. 317 f. Tese de doutorado em Psicologia – Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COSTA, F. A. O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-155, 2013.

DANTAS, C. R. T. **O exercício da paternidade após a separação**: um estudo sobre a construção e manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos na família contemporânea. 2003. 119 f. Dissertação de mestrado em Psicologia – Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004.

DE ANTONI, C. **Coesão e hierarquia em famílias com histórica de abuso físico**. 2005. 212 f. Tese de doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 125-132, 2007.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

EIZIRIK, M.; BERGMANN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **R. Psiquiatr.**, v. 26, n. 3, p. 330-336, 2004.

ESMAEILI, N. S.; YAACOB, S. N. Post-divorce parental conflict and adolescents' delinquency in divorced families. **Asian Culture and History**, v. 3, n. 2, p. 34-40, 2011.

FALCETO, O. G. As mudanças sociais e as transformações das funções parentais. In: PRADO, L. C. (org). **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 189-197.

FEIN, R. A. Research on fathering: Social policy and an emergent perspective. **Journal of social issues**, v. 34, n. 1, 122-135, 1978.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 0, 1998.

_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

GOMES, L. B.; CREPALDI, M. A.; BIGRAS, M. O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. **Paidéia**, v. 23, n. 54, p. 21-29, 2013.

GOTTMAN, J. M.; KATZ, L. F. Effects of marital discord on young children's peer interaction and health. **Developmental Psychology**, v. 25, n. 3, p. 373-381, 1989.

_____. Psychology and the study of marital processes. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 49, p. 169-197, 1998.

HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A. C. M. Environment influences on child mental health. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 104-110, 2004.

HETHERINGTON, E. M. An overview of Virginia Longitudinal Study of Divorce and Remarriage with a focus on early adolescence. **Journal of Family Psychology**, v. 7, n. 1, p. 39-56, 1993.

_____; STANLEY-HAGAN, M. The adjustment of children with divorced parents: a risk and resiliency perspective. **J. Child Psychol. Psychiat.**, v. 40, n. 1, p. 129-140, 1999.

IBGE. **Estatísticas de Registro Civil**. Rio de Janeiro, v. 30, p. 1-173, 2003.

_____. **Censo Demográfico 2010: Famílias e domicílios**. Rio de Janeiro, p. 1-203, 2010.

_____. **Estatísticas de Registro Civil**. Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-178, 2011.

IMBER-BLACK, E. Segredos e mentiras na terapia familiar: uma visão geral. In: IMBER-BLACK, E. e colaboradores. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1994. pp. 15-36.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. **Estilos da Clínica**, v. 16, n. 1, p. 222-245, 2011.

LEWIS, C.; DESSEN, M. A. O pai no contexto familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 9-16, 1999.

LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 23, n. 3, p. 476-484, 2010.

LÓPEZ, E. E.; PÉREZ, S. M. ; OCHOA, G. M. ; RUIZ, D. M. Adolescent aggression: effects of gender and family and school environments. **Journal of Adolescence**, v. 31, p. 433-450, 2008.

MASON, M. J. Vergonha: reservatório para os segredos na família. In: IMBER-BLACK, E. e colaboradores. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1994. pp. 40-54.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

NAZARETH, E. R. Família e divórcio. In: CERVENY C. M. O.. **Família e...** comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (pp. 25-37).

OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. **Terapia de Famílias: novas tendências**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAPP, P. **O processo de mudança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PAQUETTE, D.; et al. Prevalence of father-child rough-and-tumble play and physical aggression in preschool children. **European Journal of Psychology of Education**, v. 18, n. 2, p. 171-189, 2003.

_____. Dichotomizing paternal and maternal functions as a means to better understand their primary contributions. **Human development**, v. 47, p. 237-238, 2004.

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, n. 105, p. 167-179, 2011.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Articulando os espaços privado e público: gênero e famílias monoparentais femininas. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 2, p. 30-42, 2010.

SÁ, D. G. F.; BORDIN, I. A. S.; MARTIN, D.; PAULA, C. S. Fatores de risco para problemas de saúde mental na infância/adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 643-652, 2010.

SACUU, C.; MONTINARI, G. As crianças, pequenos Ulisses entre Cila e Caribde. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. **O casal em crise**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1995. pp. 183-191.

SANTOS, J. B.; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. **Rev. Jur.**, v. 10, n. 92, p. 1-30, 2009.

SILVARES, E. F. M.; SOUZA, C. L. Discórdia conjugal: distúrbios psicológicos infantis e avaliação diagnóstica comportamental-cognitiva. **Psicologia: teoria e prática**, v. 10, n. 1, p. 200-213, 2008.

SILVEIRA, P. O exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (org). **O Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. pp. 27-39.

SINCLAIR, C.; MARTÍNEZ, J. Culpa o responsabilidad: terapia con madres de niñas e niños que han sufrido abuso sexual. **Psykhé**, v. 15, n. 2, p. 25-35, 2006.

THOMÉ, L. D.; TELMO, A. Q.; KOLLER, S. H. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (orgs). **Adolescência e Juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. pp. 17-45.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência**. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

VASCONCELOS, V. M. R. Desenvolvimento Humano, Psicologia e Cultura. In: SILVEIRA, P. **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998 p. 41-45.

VICENTE, R. M. P. S. Família e Mudança. In: Cerveny, C. M. O (org). **Família e...** 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

WALSH, F. El concepto de resiliência familiar: crises y desafios. **Sistemas Familiares**, p. 11-31, 1998.

_____. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

YUNES, M. A. M. Psicologia Positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 75-84, 2003.

_____; GARCIA, N. M ; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

APÊNDICES

Modelo de Consentimento Livre e esclarecido para registro audiovisual

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REGISTRO AUDIOVISUAL

Eu, _____, juntamente com minha família, autorizo a filmagem das sessões da Terapia familiar realizadas no Instituto Familiare, entendendo este procedimento como um recurso que possibilitará aos terapeutas um estudo mais aprofundado do atendimento psicológico por mim solicitado.

Estou ciente de que o conteúdo das gravações é de acesso estritamente restrito aos terapeutas desta instituição, para fins terapêuticos, educativos e científicos, garantindo assim o caráter sigiloso das sessões, conforme previsto no Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia.

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

Assinatura